São Paulo
DATA MERCANTIL
R$ 2,50 | Quarta-feira, 12 de junho de 2024 | Edição N º 1046
datamercantil.com.br

Fazenda encontrou fraudes em créditos tributários, diz Haddad

Ministro da Fazenda, Fernando Haddad afirmou na terça-feria (11) que a Fazenda encontrou fraudes nas compensações PIS/Cofins e que a Fazenda tem uma alternativa para a medida provisória que limitou a compensação de créditos dos tributos para compensar a desoneração da folha de pagamentos.

Em Brasília, o chefe da equipe econômica também afirmou que o uso indevido das compensações pode ser de aproximadamente R$ 25 bilhões.

Haddad disse que essas fraudes ocorrem quando os empresário fazem o "uso indevido" do mecanismo, ao declarar créditos ilegítimos que não são reconhecidos pela Receita Federal.

O ministro reforçou que a Fazenda e a Receita vão administrar uma ferramenta para que sejam declaradas e monitoradas essas subvenções, a fim de impedir que o déficit das contas públicas aumente, e que serão "tomadas providências".

"Nós vamos responsabilizar criminalmente quem fraudou dolosamente. Não o sujeito que por falta de dinheiro não conseguiu recolher imposto ou porque se enganou, não estamos falando disso", afirmou Haddad.

O presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), decidiu, nesta terça-feira (11), devolver parte da Medida Provisória (MP) do PIS/Cofins. O anúncio foi feito por Pacheco no plenário do Senado. Ao lado dele, estava o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA).

"O que se observa na parte substancial dela (da MP) é uma inovação com a alteração de regras tributárias que geram um enorme impacto para o setor produtivo, sem que haja a observância da regra constitucional da 'noventena'", afirmou Pacheco.A "noventena", explicou Pacheco em discurso, é a regra constitucional que define que uma regra sobre contribuições só poderia valer 90 dias após a publicação da lei que o prevê, o que não estaria incluído MP apresentada pelo governo.

Ao ser questionado se a devolução da MP colocaria a agenda fiscal da Fazenda no limite, Haddad alegou que a proposta não tem caráter arrecadatório. CNN

Economia

Pix terá opção de aproximação pelo celular em breve, diz Campos Neto

Página - 03

Inflação acelera para 0,46% em maio com alta dos alimentos, diz IBGE

Página - 03

Ace volta ao mercado e agora é produzido na mesma fábrica do Urca

Página - 12

Ticketmaster falha em comprovar que dados de brasileiros não vazaram, diz Procon-SP

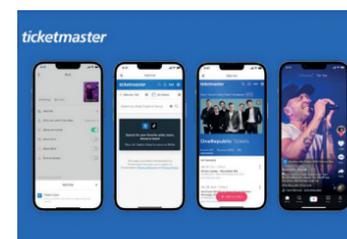
Página - 12

Política

Lula prometeu parar tramitação da MP do PIS/Cofins, diz presidente da CNI

Página - 04

Haddad vai propor mudanças no formato de pisos de Saúde e Educação

Página - 04

No Mundo

Israel pode ter cometido crime de guerra ao matar civis para resgatar reféns, diz ONU

O custo civil da operação de Israel que libertou quatro reféns na Faixa de Gaza no fim de semana pode configurar crime de guerra, assim como a própria manutenção das pessoas em cativeiros do Hamas, afirmou a ONU na terça-feira (11).

"Estamos profundamente chocados com o impacto nos civis da operação das forças israelenses em Nuseirat no fim de semana para garantir o resgate de quatro reféns", afirmou o porta-voz do Escritório do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos, Jeremy Laurence.

"Centenas de palestinos, muitos deles civis, foram supostamente mortos e feridos", disse ele. "A forma como a operação foi conduzida, em uma área tão densamente povoada, coloca em questão se as forças israelenses respeitaram os princípios de distinção, proporcionalidade e precaução estabelecidos nas leis de guerra."

O Ministério da Saúde do governo de Gaza, ligado ao grupo terrorista, afirmou que a operação no centro de Gaza matou 274 palestinos e feriu quase 700.Os dados não puderam ser verificados de forma independente, mas Israel reconheceu ter matado civis palestinos durante os combates. Na ocasião, o Exército disse que sabia de menos de 100 vítimas, sem distinção entre combatentes e civis.

Questionado sobre a credibilidade dos números de Gaza, Laurence disse que, antes do atual conflito, a ONU sempre confiou nas informações do Ministério da Saúde palestino, que eram "muito próximas de 100% de precisão". Com a guerra, há menos acesso para verificar esses dados, mas o porta-voz diz que a organização ainda tem contatos confiáveis no território.

Folhapress

Naufrágio na costa do Iêmen mata ao menos 49 migrantes, afirma ONU

Um naufrágio na costa do Iêmen deixou ao menos 49 migrantes mortos e outros 140 desaparecidos, anunciou nesta terça-feira (11) a OIM (Organização Internacional para as Migrações). O caso aumenta a extensa lista de tragédias nos mares do país --a rota migratória na região é uma das mais movimentadas e perigosas do mundo.

O barco zarpou da Somália no domingo (9) e transportava 260 migrantes, entre eles somalis e etíopes, segundo a agência da ONU. O número total de nacionalidades a bordo ainda não é conhecido. Em um primeiro momento, uma autoridade iemenita havia divulgado o número de 38 mortos, mas o número vem aumentando conforme as buscas avançam.

Testemunhas afirmaram que a embarcação virou na segunda (10) em uma região próxima de Alghareef Point, na província iemenita de Shabwah. Entre os mortos estão 31 mulheres e seis crianças, disse a OIM.

"Essa tragédia é mais um lembrete da necessidade de trabalhar em conjunto para enfrentar os desafios urgentes da migração e garantir a segurança nas rotas migratórias", disse Mohammedali Abunajela, porta-voz da OIM.

A organização contabiliza ao menos 1.860 mortes e desaparecimentos no trajeto que vai da África Oriental e do Chifre da África aos países do Golfo desde 2014. Quase 500 óbitos foram resultados de afogamento.

Todos os anos dezenas de milhares de migrantes tentam fugir dos conflitos, dos desastres naturais e da pobreza na região do Chifre da África e arriscam as vidas em viagens pelo mar Vermelho para tentar chegar aos países do Golfo.

O objetivo de muitos é se estabelecer em países mais ricos, como Arábia Saudita ou Emirados Árabes Unidos, para trabalhar no setor de construção civil ou de serviços. Segundo as Nações Unidas, ao menos 97 mil migrantes chegaram ao Iêmen vindos do Chifre da África no ano passado.

Folhapress

Frota de ataque russa chega a Cuba após ameaça de Putin

Um destacamento naval de ataque russo chega nesta quarta (12) a Havana em meio à tensão e entre o Kremlin e os Estados Unidos, trazendo consigo ecos da mais grave crise da Guerra Fria, a dos mísseis de Cuba em 1962.

Aportarão na capital cubana a fraga Almirante Gorchkov, a única que opera mísseis hipersônicos no mundo, e um submarino de ataque de propulsão nuclear Kazan, da mais moderna classe do tipo de Moscou. Eles são apoiados por um navio-tanque e um rebocador.

É uma flotilha, mas com grande poder de fogo e a cerca de 150 km do território americano. Segundo o Ministério da Defesa russo disse na terça (11), Segundo ela realizou treinos de emprego de mísseis de precisão em pleno Atlântico Norte, a caminho de Cuba.

A sua viagem começou em 17 de maio, saindo do mar de Barents (Ártico), mas a chegada coincide com a ameaça feita pelo presidente Vladimir Putin de fornecer a adversários dos EUA e aliados armas capazes de atingi-los.

A fala ocorreu após EUA, Alemanha, França, Reino Unido e outros membros da aliança militar Otan liberaram Kiev para atacar alvos dentro da Rússia, ainda que pedindo comedimento geográfico e foco em instalações militares.

Antes de isso ocorrer, Putin havia falado mais grosso, ameaçando atacar objetivos britânicos e promovendo exercícios nucleares. Desta vez, isso não deteve os aliados ocidentais, e o russo evitou um embate direto.

Por óbvio, não se espera uma repetição da situação de 62 anos atrás, quando o mundo chegou perto de uma guerra total quando a União Soviética posicionou mísseis com ogivas nucleares na ilha de Fidel Castro. Mas o simbolismo permeia a visita.Ao longo da Guerra Fria, Moscou sustentou o regime de Havana, que nem comunista era em sua origem.

Igor Gielow/Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.:11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agricolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da

Pix terá opção de aproximação pelo celular em breve, diz Campos Neto

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse na terça-feira (11) que a autarquia está trabalhando para entregar em breve a opção de pagamento por Pix via aproximação no celular.

Segundo ele, a falta dessa possibilidade é o que leva muitas pessoas a preferirem usar o cartão de crédito em vez do pagamento instantâneo desenvolvido pelo BC.

"Na semana passada, percebemos que nós podemos fazer algo que pode ser muito rápido", disse durante o evento Valor's Emerging Tech Summit.

"Nós estamos fazendo uma associação com as carteiras, como Google Pay e Apple Pay, e ao invés de colocar cartão de crédito lá, pode apenas colocar Pix lá", completou.

Campos Neto também falou de outras novas funcionalidades do Pix sobre as quais o Banco Central está se debruçando: o Pix Agendado e o Pix Automático.

"Para aquelas contas que você tem que pagar todo o mês, você pode só colocar lá [no Pix Automático], como Spotify e Netflix".

O chefe da autoridade monetária ressaltou os efeitos do Pix sobre a bancarização no Brasil e o aumento da inclusão nos serviços financeiros. Segundo ele, o meio de pagamento instantâneo do BC está substituindo outros produtos bancários mais rapidamente do que se imaginava no início.

Campos Neto mostrou um gráfico comparando a velocidade de adoção do Pix entre a população brasileira e o que acontece com os meios de pagamento instantâneo em outros países.

No Brasil, há duas transações por dia por pessoa bancarizada, o que representa quase quatro vezes mais do que na Índia. "É muito impressionante o que aconteceu aqui", disse.Segundo Campos Neto, no início, o BC acreditava que em pouco tempo a adesão das pessoas ao Pix atingiria um platô, o que não ocorreu. Quase quatro anos depois de sua estreia no Brasil, o número de transações por pessoa não para de crescer.

Hoje, são 740 milhões de chaves Pix ativas e 201,6 milhões de operações em um único dia. Stéfanie Rigamonti/Folhapress

Lançamentos imobiliários em SP previstos para 2024 podem ficar para o ano que vem

Os lançamentos de imóveis na capital paulista previstos para este ano podem ser adiados para 2025 se a discussão sobre as emendas da Lei de Zoneamento se alongar na Câmara Municipal. O entrave está no entendimento sobre a outorga onerosa, valor que uma construtora paga para construir além do permitido na cidade.

Desde que a revisão do PDE (Plano Diretor Estratégico) foi aprovada, em julho de 2023, incorporadores aguardam a publicação de um decreto pela Prefeitura de São Paulo com instruções sobre o cálculo que deve ser feito para ajustar os projetos às novas regras.

Um grupo de trabalho foi criado em março pela prefeitura, com prazo de 30 dias para definir os critérios. À Folha, a SMUL (Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento) afirmou que a redação sobre a outorga onerosa "está para fechar" e deve ser publicada até o final de junho.

Até a publicação, diz, os técnicos da secretaria não podem emitir alvarás para novos projetos. Segundo a pasta, a análise dos processos depende das regulamentações da Lei de Zoneamento.

A Lei de Zoneamento complementa o PDE, definindo como as regrais gerais de desenvolvimento urbano devem ser aplicadas quadra a quadra. Pela nova lei, as empresas poderão pagar 20% do valor da outorga onerosa para construir próximo a estações de metrô e corredores de ônibus.

O CEO de uma incorporadora de alto padrão, que prefere não se identificar, teme que as empresas fiquem sem tempo hábil para lançar os projetos deste ano. "A preocupação é com o acúmulo de projetos em análise à espera do decreto", diz. Para ele, setembro é o mês limite para que os projetos sejam liberados e lançados ainda neste ano. Ana Paula Branco/Folhapress

Inflação acelera para 0,46% em maio com alta dos alimentos, diz IBGE

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informou que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) avançou 0,46% em maio.

O resultado veio acima das expectativas de analistas consultados pela Reuters, que esperavam uma alta de 0,42% no período. No ano, a inflação acumulada é de 2,27% e, nos últimos 12 meses, de 3,93%.

O centro da meta para a inflação, medida pelo IPCA, este ano é de 3,0%, com margem de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

O grupo que mais pressionou o índice foi de alimentos e bebidas, que subiram 0,62% na comparação com abril, influenciados, sobretudo, pela alta dos tubérculos, raízes e legumes (6,33%).

Dentro deste grupo, o IBGE chama a atenção para a batata-inglesa, que registrou um aumento de 20,61%, sendo o maior impacto individual sobre o índice geral.

Além da batata-inglesa, a cebola (7,94%), o leite longa vida (5,36%) e o café moído (3,42%) também subiram em maio.

Outro destaque que influenciou no resultado geral foi o grupo de habitação (0,67%), com a alta da energia elétrica residencial (0,94%), o terceiro item de maior impacto individual sobre o índice geral.

Já a variação de saúde e cuidados pessoais (0,69%) foi a maior entre os nove grupos investigados pela pesquisa. No grupo dos transportes (0,44%), a passagem aérea registrou a primeira alta do ano (5,91%) e foi o quarto item individual de maior impacto na inflação do país.

A inflação de serviços passou a subir 0,40% em maio, de 0,05% no mês anterior, acumulando em 12 meses alta de 5,09%.

O índice de difusão, que mostra o espalhamento das variações de preços, manteve-se em maio em 57%,

A potencial pressão sobre a inflação dos salários em um mercado de trabalho aquecido vem sendo apontado pelo Banco Central como um fator de preocupação.

Os dados do Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre divulgados na semana passada mostraram que o consumo das famílias foi um dos pilares do crescimento de 0,8% no período.

CNN

Política

Lula prometeu parar tramitação da MP do PIS/Cofins, diz presidente da CNI

O presidente da CNI (Confederação Nacional da Indústria), Ricardo Alban, disse que o presidente Lula (PT) se comprometeu a encerrar a tramitação da MP (Medida Provisória) que altera regras de compensação de créditos PIS/Cofins.

Alban se reuniu com Lula na manhã desta terça-feira (11) para tratar do assunto. "Lula disse que deu orientação para que a MP fosse tirada do processo", afirmou o industrial após o encontro, em reunião dos setores produtivos com a Frente Parlamentar da Agropecuária. O Palácio do Planalto foi procurado, mas não comentou o assunto até as 15h.

De acordo com o presidente da CNI, Lula não especificou como seria o fim da tramitação da MP, se ela seria devolvida pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, ou retirada pelo governo federal.

A MP foi editada pelo governo na terça-feira da semana passada como compensação para a desoneração da folha salarial de 17 setores da economia e pequenos municípios. A medida gerou forte reação contrária dos segmentos atingidos, que se articulam para derrubar a iniciativa.

Nesta segunda-feira, o diretório nacional do Progressistas (PP) apresentou uma ADI (ação direta de inconstitucionalidade) ao STF com pedido de medida cautelar (decisão urgente) contra a MP.

"Todos queremos equilíbrio fiscal, mas existem formas e formas. Uma é na despesa pública, outras nos equívocos que existem na economia, como fraude, contrabando", disse Alban.

De acordo com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de 2019 a 2022, o custo para a Receita Federal com o ressarcimento de créditos tributários presumidos de PIS/Cofins aumentou de R$ 5 bilhões para R$ 22 bilhões, sem que tenha havido uma mudança legal que justifique o salto.

A MP proposta pela sua equipe limita o uso desses créditos ao impedir que eles sejam usados no pagamento de outros tributos, entre outros pontos.

O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), afirmou a vice-líderes do governo na manhã desta terça (11) que o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), não iria devolver a MP.

Lucas Marchesini/Folhapress

Tarcísio assina decreto autorizando licitação de loteria estadual de SP

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), publicou decreto na terça-feira (11) que autoriza a abertura de licitação para a concessão dos serviços públicos lotéricos do estado de São Paulo por 15 anos.

A arrecadação prevista pelo governo é de R$ 3,4 bilhões ao longo dos 15 anos. Por lei federal, os recursos públicos levantados com as apostas precisam ser destinados ao combate à vulnerabilidade social. No estado paulista, esse dinheiro irá 100% para a área da saúde.

Como adiantado pela Folha, o decreto vem após o CDPED (Conselho Diretor do Programa de Desestatização) aprovar a nota técnica do projeto de concessão no fim do mês passado.

A medida autoriza a licitação das seguintes modalidades de apostas: loteria de prognóstico específico; loteria de prognósticos esportivos; loteria de prognóstico numérico; loteria instantânea; e loteria passiva.

A exploração de modalidades lotéricas que não estão previstas em legislação federal e que não foram expressamente autorizadas pelo estado de São Paulo, no entanto, não está permitida.

A iniciativa é encabeçada pela CPP (Companhia Paulista de Parcerias), que faz parte da Secretaria de Parcerias em Investimentos.

Segundo o diretor-presidente da CPP, Edgard Benozatti Neto, esse é um dos projetos prioritários do governo de São Paulo. "Estamos com altas expectativas", disse à Folha à época da aprovação do projeto pelo CDPED.

A medida, que foi iniciada na gestão do ex-governador João Doria, em 2021, teve uma primeira tentativa frustrada.

Desta vez, o governo de Tarcísio acredita que todos os questionamentos técnicos levantados pelo TCE-SP (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo), que impediram o edital da concessão estadual dos serviços lotéricos de seguir em frente em 2022, foram sanados.

Stéfanie Rigamonti/Folhapress

Haddad vai propor mudanças no formato de pisos de Saúde e Educação

Diante do descolamento dos pisos das pastas de Saúde e Educação dos demais gastos do novo arcabouço fiscal, a equipe econômica do governo federal pretende propor, no Orçamento do próximo ano, mudanças no formato dos gastos mínimos para as duas áreas, disse na terça-feira (11) o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

O ministro afirmou que levará ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva sugestões de novas fórmulas de cálculo na elaboração do Orçamento Geral da União do próximo ano, que terá de ser enviado ao Congresso até 30 de agosto.

"Vamos levar algumas propostas para o presidente, que pode aceitar ou não, dependendo da avaliação que ele fizer", declarou o ministro em relação a uma reportagem do jornal Folha de S.Paulo que apontou que o governo pretende limitar a 2,5% o crescimento real (acima da inflação) dos pisos para a saúde e a educação.

Apesar da mudança dos cálculos, Haddad descartou o risco de perda de recursos para as duas áreas. "Não se trata disso, ninguém tem perda", garantiu o ministro.

A mudança tem o objetivo de evitar o colapso do novo arcabouço fiscal porque os pisos para a Saúde e a Educação cresceriam mais que os gastos discricionários (não obrigatórios) dos ministérios nos próximos anos. O próprio Tesouro Nacional estima que o espaço para as despesas livres do governo será comprimido ano a ano, até se extinguir em 2030, caso as regras para os limites mínimos de Saúde e Educação não sejam alteradas.

Pelas contas do Tesouro, de 2025 a 2033, o governo terá R$ 504 bilhões a menos para gastos discricionários, que incluem os investimentos (obras e compra de equipamentos). "São vários cenários que estão sendo discutidos pelas áreas técnicas, mas nenhum foi levado ainda à consideração do presidente", disse Haddad.

O descompasso ocorre porque, enquanto os pisos mínimos para a Saúde e a Educação são calculados com base num percentual das receitas, os demais gastos do arcabouço fiscal obedecem ao limite de 70% do crescimento real (acima da inflação) da receita no ano anterior.

Wellton Máximo/ABR

ADS Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 13.439.535/0001-05

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Balanços Patrimoniais 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	2.230	2.518	17.731	36.120
Contas a receber de clientes	–	–	13.474	14.403
Impostos a recuperar	193	137	354	295
Dividendos a receber	2.669	3	–	–
Outros créditos	–	–	359	957
Total do ativo circulante	**5.092**	**2.658**	**31.918**	**51.775**
Ativo não circulante				
Títulos e valores mobiliários	–	–	41.070	13.985
Depósitos judiciais	–	–	275	251
Investimentos	169.767	178.022	–	–
Direito de uso de ativos	–	–	5.182	5.378
Imobilizado	–	–	247.236	255.746
Intangível	–	–	7.419	8.084
Total do ativo não circulante	**169.767**	**178.022**	**301.182**	**283.444**
Total do ativo	**174.859**	**180.680**	**333.100**	**335.219**

	Controladora		Consolidado	
Passivo	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Passivo circulante				
Empréstimos e financiamentos	–	–	19.493	19.375
Fornecedores	–	–	362	444
Passivo de arrendamento	–	–	182	1.430
Obrigações sociais e trabalhistas	–	–	428	295
Tributos a pagar	–	–	442	324
Imposto de renda e contribuição social a recolher	–	–	674	719
Dividendos a pagar	2.777	12.235	2.777	12.235
Outras contas a pagar	444	671	14.282	568
Total do passivo circulante	**3.221**	**12.906**	**38.640**	**35.390**
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos	–	–	109.386	127.155
Passivo de arrendamento	–	–	5.139	4.501
Provisão para perdas com processos	–	–	275	399
Provisão para desmobilização	–	–	8.022	–
Total do passivo não circulante	**–**	**–**	**122.822**	**132.055**
Patrimônio líquido				
Capital social	159.888	159.888	159.888	159.888
Adiantamento para futuro aumento de capital	40	40	40	40
Reserva legal	3.160	2.576	3.160	2.576
Reserva de lucros	8.550	5.270	8.550	5.270
Total patrimônio líquido	**171.638**	**167.774**	**171.638**	**167.774**
Total do passivo e patrimônio líquido	**174.859**	**180.680**	**333.100**	**335.219**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva Legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro 2021	**159.888**	**40**	**1.143**	**15.856**	**–**	**176.927**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	28.655	28.655
Constituição de reserva legal	–	–	1.433	–	(1.433)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(6.808)	(6.808)
Dividendos adicionais propostos	–	–	–	(31.000)	–	(31.000)
Constituição de reserva de lucros	–	–	–	20.414	(20.414)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**159.888**	**40**	**2.576**	**5.270**	**–**	**167.774**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	11.693	11.693
Constituição de reserva legal	–	–	584	–	(584)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(2.777)	(2.777)
Dividendos adicionais propostos	–	–	–	(5.052)	–	(5.052)
Constituição de reserva de lucros	–	–	–	8.332	(8.332)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**159.888**	**40**	**3.160**	**8.550**	**–**	**171.638**

Demonstrações dos Resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Receitas líquidas de vendas	–	–	62.595	65.155
Custo dos produtos vendidos	–	–	(36.586)	(29.719)
Lucro bruto	–	–	26.009	35.436
Despesas operacionais				
Gerais e administrativas	(147)	–	(2.218)	(2.037)
Outras receitas (despesas) líquidas	(378)	13.672	51	11.747
Resultado de equivalência patrimonial	11.969	17.438	–	–
	11.444	31.110	(2.167)	9.710
Lucro operacional	**11.444**	**31.110**	**23.842**	**45.146**
Resultado financeiro, líquido	249	1.017	(8.503)	(9.548)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	11.693	32.127	15.339	35.598
Imposto de renda e contribuição social	–	(3.472)	(3.646)	(6.943)
Lucro líquido do exercício	11.693	28.655	11.693	28.655
Lucro básico e diluído por ação – R$	**0,07**	**0,18**	**0,07**	**0,18**

Demonstrações dos Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora e consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**
Lucro líquido do exercício	11.693	28.655
Itens que serão classificados subsequentemente para o resultado:		
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente	**11.693**	**28.655**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**11.693**	**32.127**	**15.339**	**35.598**
Ajustes				
Depreciação e amortização	–	–	17.822	18.198
Provisão para contingências	–	–	(190)	245
Perdas (ganhos) monetários não realizados de atividades financeiras	–	–	66	17
Juros sobre empréstimos e financiamentos	–	–	12.147	14.056
Equivalência patrimonial	(11.969)	(17.438)	–	–
Baixa de arrendamento mercantil	–	–	(252)	–
Provisão de Juros	–	–	1.365	656
Rendimento de aplicações financeiras não realizados	–	–	(5.385)	–
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	–	–	929	4.245
Impostos a recuperar	(56)	(126)	(59)	(47)
Outros créditos	–	–	598	921
Fornecedores	–	–	(82)	(494)
Impostos a recolher e obrigações sociais e tributárias	–	(3.472)	(687)	(3.538)
Outras contas a pagar	(227)	284	13.714	(270)
Depósitos judiciais	–	–	(25)	(198)
Caixa proveniente das operações	**(559)**	**11.375**	**55.300**	**69.389**
Recebimento de dividendos	17.558	4.340	–	–
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	–	–	(11.581)	(12.959)
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	–	(2.753)	(3.388)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**16.999**	**15.715**	**40.966**	**53.042**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Títulos e valores imobiliários	–	–	(21.700)	(2.277)
Aumento na participação de controlada	–	17.798	–	–
Aquisições de bens do ativo imobilizado	–	–	(280)	(178)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	**–**	**17.798**	**(21.980)**	**(2.455)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Dividendos pagos	(17.287)	(31.000)	(17.287)	(31.000)
Pagamento de empréstimos e financiamentos – principal	–	–	(18.946)	(18.750)
Pagamento de passivo de arrendamento	–	–	(1.142)	(919)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(17.287)**	**(31.000)**	**(37.375)**	**(50.669)**
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	**(288)**	**2.513**	**(18.389)**	**(82)**
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.518	5	36.120	36.202
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.230	2.518	17.731	36.120
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	**(288)**	**2.513**	**(18.389)**	**(82)**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais – A ADS Energias Renováveis S.A. (“ADS Energias” ou “Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Campinas, constituída em 30 de março de 2011 e tem como objeto social: (a) a exploração no Brasil ou em outros países, direta ou indiretamente, dos negócios de geração de energia elétrica provenientes de pequenas centrais hidrelétricas, termelétricas a biomassa, cogeração a partir de biomassa, eólicas, centrais geradoras fotovoltaicas e termos solares, bem como suas instalações de transmissão de interesse restrito e instalações de Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada (“ICGs”); (b) a comercialização de energia elétrica nas diferentes formas e modalidades, participando de todos os segmentos dos mercados especializados, inclusive leilões de compra e venda de energia elétrica; (c) o desenvolvimento de todas as atividades e a prestação de todos os serviços associados ou necessários às atividades de geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas, em todas as formas e modalidades, no âmbito do setor elétrico; (d) o exercício de atividades conexas ou relacionadas, direta ou indiretamente, com o objeto social, no Brasil e em outros países; e (e) a participação no capital social de outras companhias ou sociedades empresárias, personificadas ou não, na qualidade de sócia ou acionista, que explorem negócios de geração e comercialização de energia elétrica provenientes de fontes alternativas. Os empreendimentos de geração de energia elétrica de fonte eólica (“Projetos”), de propriedade das controladas da Companhia, fazem parte do Complexo Corredor do Senandes (“Complexo”), constituído de 04 parques eólicos com capacidade instalada de 108,0 MW em um total de 40 aerogeradores, todos em plena operação, que compartilham a mesma subestação e linha de transmissão. Os Projetos foram vencedores do Leilão de Energia de Reserva (“LER”) realizado em 18 de agosto de 2011 (“LER 2011”), tendo contratado a comercialização de 50,5 MW médios pelo prazo de 20 anos. Os projetos estão autorizados pelo Ministério de Minas e Energia (MME) a operar como produtores independentes de energia elétrica até o ano de 2047. A Companhia desenvolve atividades empresariais no segmento de energias alternativas no Brasil através de suas controladas diretas e indiretas, em estruturas integradas denominadas de parques eólicos (“Parques” ou “Projeto”): • ADS ER Complexo Eólico Corredor do Senandes S.A. (“Complexo do Senandes”); • ADS ER Eólica Corredor do Senandes 2 S.A. (“Corredor do Senandes 2”); • ADS ER Eólica Corredor do Senandes III S.A. (“Corredor do Senandes III”); • ADS ER Eólica Corredor do Senandes IV S.A. (“Corredor do Senandes IV”); • ADS ER Eólica Vento Aragano I S.A. (“Vento Aragano I”). **1.1. Consolidação: a) Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as informações da Companhia e suas controladas, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias diretas e indiretas em 31 de dezembro: **i) Controladas:** Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas consolidadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda *(impairment)* do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia e suas controladas. **ii) Companhias consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as informações da Companhia e suas controladas, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias diretas:

		Controle direto e indireto no capital social (%)	
Controladas diretas	**País**	**2023**	**2022**
ADS ER Complexo Senandes S.A.	Brasil	100	100
Controladas indiretas			
ADS ER Vento Aragano S.A.	Brasil	0,01	0,01
ADS ER Senandes II S.A.	Brasil	0,01	0,01
ADS ER Senandes III S.A.	Brasil	0,01	0,01
ADS ER Senandes IV S.A.	Brasil	0,01	0,01

b) Demonstrações financeiras individuais: Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.
2. Base de preparação, mensuração e declaração de conformidade – As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR-GAAP), com base nos pronunciamentos, orientações e interpretações contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir. Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real – R$, que é a moeda funcional da Companhia.

Maury Eduardo de Carvalho Bastos – Diretor Presidente

Murilo Pastrello – Contador CRC SP 1SP 285.494/O-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Sócios e Administradores da **ADS Energias Renováveis S.A.**
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da ADS Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada, da ADS Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** *Informações e os valores correspondentes:* As informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outro auditor independente, que emitiu relatório datado de 20 de abril de 2023, sem ressalva. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 30 de abril de 2024

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2SP 011.609/O-8
Fernando Augusto Lopes Silva
Contador CRC nº 1SP 250.631/O-7

Deloitte.

Acciona Construcción S.A.

CNPJ/MF nº 03.503.152/0001-03

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Valores expressos milhares de Reais)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante		**1.668.633**	**1.352.953**
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.011.136	708.689
Contas a receber de clientes	5	450.637	407.322
Estoques	6	83.391	140.210
Despesas antecipadas	7	55.568	55.002
IRPJ e CSLL a recuperar	8	1.171	2.410
Outros impostos a recuperar	8	6.775	1.173
Adiantamento a fornecedores		58.833	36.757
Mútuos a receber	9	51	84
Outros ativos		1.071	1.306
Ativo não circulante		**206.924**	**192.078**
Outras contas a receber	11	19.699	19.699
Despesas antecipadas	7	29.465	51.733
Valores a receber com partes relacionadas	9	76.349	21.384
IRPJ e CSLL diferidos	10	75.585	94.776
Outros ativos		5.826	4.486
Intangível	12	1.031	862
Imobilizado	12	164.089	265.165
Direito de uso	12	130.670	27.070
		295.790	**293.097**
Total do ativo		**2.171.347**	**1.838.128**

Passivo	Nota	2023	2022
Circulante		**897.586**	**963.677**
Fornecedores	13	546.059	343.238
Arrendamentos	12	111.463	27.498
Adiantamentos de clientes	14	10.034	418.408
Valores a pagar com partes relacionadas	9	37.995	33.316
Impostos e contribuições a pagar	15	70.246	43.572
IRPJ e CSLL a pagar	15	3.027	6.785
Obrigações trabalhistas e encargos sociais		90.436	71.213
Outros passivos		28.326	19.647
Passivo não circulante		**111.674**	**56.801**
Outros passivos		7.182	7.851
Arrendamentos	12	21.099	-
Provisões	16	83.393	48.950
Patrimônio líquido		**1.162.087**	**817.650**
Capital social	17	746.455	721.945
Reserva legal	17	30.169	14.175
Reserva de retenção de lucros	17	385.463	81.530
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.171.347**	**1.838.128**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Nota	2023	2022
Receitas operacionais líquidas	18	2.988.653	2.467.604
Custos dos serviços prestados	19	(2.504.158)	(2.131.780)
Resultado bruto		484.495	335.824
Receitas/(Despesas) operacionais			
Administrativas	19	(63.974)	(56.707)
Comerciais		(715)	(218)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		(4.350)	2.694
Lucro/(Prejuízo) operacional		415.456	281.593
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	20	61.132	35.597
Despesas financeiras	20	(16.985)	(8.679)
		44.147	26.918
Lucro antes do IRPJ e CSLL		**459.603**	**308.511**
IRPJ e CSLL corrente	10	(120.484)	(27.937)
IRPJ e CSLL diferido	10	(19.192)	2.927
Lucro líquido do exercício		**319.927**	**283.501**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

	2023	2022
Lucro (prejuízo) do exercício	319.927	283.501
Total de resultado abrangente no exercício	**319.927**	**283.501**

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Total
Saldos em 2021		**696.067**	**-**	**(187.796)**	**508.271**
Aumento de capital	17	25.878	-	-	25.878
Lucro do exercício	17	-	-	283.501	283.501
Reserva legal	17	-	14.175	(14.175)	-
Saldos em 2022		**721.945**	**14.175**	**81.530**	**817.650**
Aumento de capital	17	24.510	-	-	24.510
Lucro do exercício	17	-	-	319.927	319.927
Reserva legal	17	-	15.994	(15.994)	-
Saldos em 2023		**746.455**	**30.169**	**385.463**	**1.162.087**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**319.927**	**283.501**
Ajustes para reconciliar os resultados do exercício ao caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais:		
Variação cambial líquida	(141)	(509)
Provisões	34.443	19.616
Depreciações e amortizações	240.796	168.614
Perdas de créditos esperadas	6.913	38.304
IRPJ e CSLL diferidos	19.192	(2.927)
Provisão de impostos correntes	120.484	27.937
Baixa de ativo imobilizado	3.596	-
Juros incorridos sobre arrendamentos	14.910	4.450
	760.120	**538.986**
(Aumento)/redução nos ativos		
Contas a receber	(50.228)	(159.714)
Estoques	56.819	(47.950)
Despesas antecipadas	21.702	28.079
Impostos a recuperar	(4.363)	(702)
Adiantamentos a fornecedores	(22.076)	(9.985)
Outros ativos	(1.105)	(1.389)
Aumento/(redução) nos passivos		
Fornecedores	202.821	(65.417)
Adiantamentos de clientes	(408.376)	252.337
Partes relacionadas	(50.145)	(5.525)
Impostos e contribuições pagos	26.674	13.140
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	19.223	28.104
Outros passivos	8.011	25.620
	559.077	**595.584**
IRPJ e CSLL pagos	(124.242)	(30.291)
Pagamento de juros sobre arrendamentos	(14.910)	(4.450)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**419.925**	**560.844**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(3.917)	(57.093)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	**(3.917)**	**(57.093)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de arrendamentos – principal	(138.104)	(111.667)
Aumento de capital	24.510	25.878
Recebimento de mútuos	33	857
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	**(113.561)**	**(84.932)**
Aumento do caixa e equivalentes de caixa no exercício	**302.447**	**418.819**
Caixa e equiv. de caixa no início do exercício	708.689	289.870
Caixa e equiv. de caixa no fim do exercício	1.011.136	708.689
Aumento do caixa e equivalentes de caixa no exercício	**302.447**	**418.819**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: A Acciona Construcción S.A. ("Companhia"), anteriormente denominada Acciona Infraestructuras S.A, é uma sociedade anônima de capital fechado e sucursal da Acciona Construcción S.A., com sede na cidade de Madri na Espanha. Foi constituída no Brasil em 02/09/1999, com sede no município de São Paulo, conforme autorização de abertura de estabelecimento através de decreto federal nesta data. Tem por objeto social a realização por conta própria ou de terceiros, diretamente por seus próprios meios ou indiretamente através da titularidade de ações ou participações em outras sociedades ou entidades de idêntico ou análogo objeto, das seguintes atividades: (a) Exploração do ramo da construção civil pesada e realização por conta de terceiros, referente à edificação, arrendamento, concessão, urbanização, parcelamento e outra forma de administração, exploração e realização de todo tipo de atos e negócios sobre bens imóveis. (b) Exploração, gestão, realização e desenvolvimento de fornecimentos, obras e serviços públicos. (c) Participação em consórcios, sempre que isso não suponha a realização de atividades próprias das entidades de investimento coletivo. (d) Prestação de serviços de administração de bens e negócios em geral de terceiros. (e) Realização de todo tipo de projetos e direção de projetos. Em destaque temos a execução de mais um ano do contrato para a construção de toda a extensão (15 Km) da Linha 06 do Metrô de São Paulo (Linha Laranja). Contrato firmado tipo back to back com a Concessionária Linha Universidade S.A, onde a mesma tem um contrato de PPP (Participação Público Privada) com o Estado de São Paulo. Em 01/02/2022, ocorreu um incidente no poço de ventilação de Aquinos, da obra da Linha 06 do Metrô de São Paulo (Linha Laranja), onde se rompeu o coletor de esgoto da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, ocasionando o alagamento do túnel onde se encontrava uma das duas máquinas de perfuração de túneis (TBM) para este trabalho. Como medida preventiva, desde o início do projeto, a Companhia contratou seguro suficiente para qualquer eventualidade de riscos, a fim de não gerar impactos financeiros em seus ativos. Os principais contratos de seguros que cobrem os riscos da execução da obra são Todos os Riscos de Construção (TRC), Avaria de Máquinas, Responsabilidade Civil e Responsabilidade Ambiental. Esse evento foi finalizado e reembolsado pelas seguradoras sem ter impacto significativo no patrimônio líquido da empresa. Entretanto, durante a execução da citada obra, foram identificadas uma série de diferenças geotecnológicas nas condições em que se encontra o terreno no momento da execução da obra pela Acciona no que diz respeito ao estudo do terreno, realizado pelo Poder Concedente e que faz parte da Concessão do Contrato. Essas diferenças são chamadas de riscos geotecnológicos e conforme contrato de concessão, fica estabelecido que são riscos compartilhados entre o Poder Concedente e a Concessionária. A Concessionária assumirá o risco de execução da obra com base no conhecimento da geologia identificada no estudo realizado pelo Poder Concedente e que faz parte do contrato, e por sua vez, o Poder Concedente assumirá as ocorrências identificadas no terreno além do que aqueles que foram reconhecidos em seu estudo da obra. Vale ressaltar, como informado no início da nota, que o contrato é back to back entre a Concessionária e a Construtora. Neste contexto, a Acciona, para facilitar a demonstração da superveniência geotecnológica, e para que não haja dúvidas sobre a sua caracterização quanto ao conteúdo dos projetos, junto com a Concessionária, apresentou ao Poder Concedente os argumentos das diferenças encontradas durante a execução dos projetos, obras e o que está definido nos projetos recebidos e as implicações técnicas, econômicas e de prazo para a conclusão dos trabalhos que eles implicaram. A aprovação desses eventos pelo Estado de São Paulo, garante a prorrogação do prazo contratual da obra em mais 3 anos, e uma compensação econômica dos custos diretos em relação ao programa de trabalho original e dos custos indiretos de referido período e nesse caso os impactos dos atrasos e os custos financeiros adicionais serão revertidos à Companhia. **2. Base de preparação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis: <u>Declaração de Conformidade</u>**: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 08/03/2024. **<u>Elaboração das Demonstrações Financeiras</u>**: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. Não foi apresentado o lucro por ação básico e diluído na demonstração do resultado, pois o capital social da Companhia não é distribuído em ações em virtude de se tratar de uma filial de sociedade estrangeira estabelecida no Brasil. **<u>Descrição das Principais Politícas Contábeis:</u>** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **<u>Conversão de Moeda Estrangeira</u>: (a) Moeda funcional e moeda de apresentação**: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. **(b) Transações e saldos em moeda estrangeira**: As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado como variações monetárias e cambiais. **<u>Caixa e Equivalentes de Caixa:</u>** Conforme orientação do CPC 03, os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos que compreendam dinheiro em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **<u>Instrumentos Financeiros</u>**: **Classificação**: A classificação dos instrumentos financeiros ativos depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **<u>Ativos Financeiros</u>**: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJPR. Esses ativos são subsequentemente mensurados a custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda ao contrário disso é reconhecido no resultado. Os ativos financeiros foram classificados como mensurados a custo amortizado. Os ativos financeiros da Companhia são: Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos, outras contas a receber e valores a receber com partes relacionadas, e adiantamentos a fornecedores. **<u>Passivos Financeiros</u>**: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados a custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado, qualquer ganho ou perda relacionado a esse tema, também é reconhecido no resultado. Os passivos financeiros da Companhia são: Fornecedores, outros passivos, adiantamento de clientes e valores a pagar com partes relacionadas, sub-rogação a pagar. **Reconhecimento e mensuração**: As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo inicialmente pelo seu valor justo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. No passivo financeiro são reconhecidos os empréstimos e instrumentos de dívida, inicialmente, na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Neste caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31/12/2023 e 31/12/2022 eram caixa e equivalente de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos, outras contas a receber, despesas antecipadas, adiantamentos a fornecedores, fornecedores, outros passivos, adiantamento de clientes, sub-rogação a pagar e passivos e ativos com partes relacionadas, cujo valores contábeis aproximavam-se dos correspondentes valores de realização. **Compensação de instrumentos financeiros**: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Hierarquia de valor justo**: A utilização da informação para mensurar o valor justo de um ativo ou de um passivo, podem ser consideradas em diferentes níveis da hierarquia de valor justo. Nesses casos, a mensuração do valor justo é classificada integralmente no mesmo nível da hierarquia de valor justo que a informação de nível baixo que for significativa para a mensuração como um todo. As informações disponíveis relevantes e sua relativa subjetividade podem afetar a escolha de técnicas de avaliação apropriadas, com diferentes níveis, conforme descritos abaixo: Informações de nível 1: São preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração. Informações de nível 2: São informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no nível 1. Informações de nível 3: São dados não observáveis para o ativo ou passivo, dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração. ***Impairment* de ativos financeiros**: A Companhia avalia no final de cada exercício social se há evidência objetiva de que ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros estão deteriorados. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment de contas a receber incluem: Créditos vencidos há mais de seis meses; Créditos vencidos há menos de seis meses com empresa em processo falimentar ou iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento ou o arresto das garantias. **Contas a receber de clientes**: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros líquido da perda esperada de crédito (impairment). Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: créditos vencidos há mais de seis meses, e créditos vencidos há menos de seis meses com empresa em processo falimentar ou iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento ou o arresto das garantias. **Imobilizado**: O ativo imobilizado compreende principalmente veículos, máquinas e equipamentos. Os itens do imobilizado são apresentados pelo custo histórico menos depreciação. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada usando o método linear e/ou utilização do bem em cada projeto para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil. A Companhia utiliza como base as seguintes taxas de depreciação anual, que de forma geral refletem, a vida útil do ativo imobilizado quando este não está diretamente associado a um projeto:

Moveis e utensílios	10%
Instalações	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Equipamentos de telecomunicação	10%
Equipamentos de informática	20%
Veículos	20%
Benfeitoria em imóveis de terceiros	20%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. A Companhia não identificou indicadores de que o valor justo do ativo imobilizado esteja registrado por valor superior ao seu valor recuperável. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Impairment financeiro). Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido. **Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização e depreciação são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido impairment são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório. A Companhia não identificou indicadores de que o valor justo dos ativos não financeiros esteja registrado por valor superior ao seu valor recuperável. **Reconhecimento das demonstrações financeiras dos Consórcios:** Estão registrados em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade e Comitê de Pronunciamento Contábeis - CPC 19 - Negócios em Conjunto e correlação às normas internacionais de contabilidade. A Companhia tem participação em três consórcios de obras, sendo um estabelecido na cidade de Fortaleza para a obra do Metrô Linha Leste de Fortaleza com participação de 50% no consórcio, situação do contrato reincidido. E dois estabelecidos na cidade de São Paulo para os lotes 06 e 08 da extensão da Linha 02 Verde do Metrô de São Paulo com participação de 51% em cada um, sendo que o contrato para o lote 08 está atualmente suspenso. Os ativos e passivos dos consórcios, bem como o resultado de suas operações, foram incorporados às demonstrações financeiras da Companhia. **Fornecedores:** As contas a pagar com fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios). Sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios. Caso contrário, o saldo das contas a pagar com fornecedores são apresentadas como passivo não circulante. **Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem: (a) uma obrigação presente legal ou implícita, como resultado de eventos passados; (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (c) uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado, do valor do dinheiro no tempo, e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **Capital social:** O capital social não é dividido em ações, por se tratar de uma filial de sociedade estrangeira estabelecida no Brasil e o seu montante está registrado no Banco Central do Brasil. **Reconhecimento de receita: (a) Prestação de serviços:** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e/ou bonificações concedidos. A Companhia reconhece os resultados dos contratos de construção de acordo com o critério de progresso físico das obras (CPC 47 – receita de contrato com cliente). Com esse critério, as receitas e os custos são lançados na conta de resultado ao longo dos exercícios conforme a execução e progresso dos projetos acordados entre as partes. Os valores recebidos antes da realização do correspondente trabalho são registrados no balanço patrimonial como um passivo, na rubrica "Adiantamentos de clientes" ou "Faturamento por Antecipação". Os montantes faturados pelo trabalho executado, mas ainda não pagos pelo cliente, são registrados no balanço patrimonial como um ativo, na rubrica "Contas a receber de clientes". Quando os resultados de um contrato de construção não podem ser estimados com confiabilidade, sua receita é reconhecida até o montante dos custos incorridos cuja recuperação seja provável. Os custos de cada contrato são reconhecidos no período em que são incorridos. Quando for provável que os custos totais excederão a receita total de um contrato, a perda estimada é reconhecida imediatamente no resultado. **(b) Outras receitas operacionais:** Outras receitas são provenientes substancialmente da venda de ativo imobilizado. E as outras despesas são provenientes de despesas não dedutíveis. **Distribuição de dividendos:** A Companhia é uma sucursal da Acciona Construcción S.A. (Espanha), conforme mencionado na Nota 1. O seu capital social não é distribuído em ações, e, portanto, não há a distribuição de dividendos por ações. **IRPJ e CSLL corrente e diferido:** As despesas de IRPJ e CSLL do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de IRPJ e CSLL corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas até a data do balanço da Companhia. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O IRPJ e a CSLL diferidos, são calculados sobre o prejuízo fiscal acumulado, e calculadas sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos e débitos diferidos é de 25% para o IRPJ e de 9% para a CSLL (Nota 10). Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. **3. Estimativas e julgamentos contábeis**: As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. A Companhia faz estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais, mas normalmente apresentam uma aproximação ao valor real. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão divulgadas a seguir: **(a) Impostos diferidos:** A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos, utilizando as alíquotas em vigor. A Companhia revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando o resultado histórico gerado e o lucro tributável projetado, de acordo com estudos de viabilidade técnica. **(b) Contingências:** A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, e apresenta defesas judiciais que, de acordo com a avaliação interna da administração e de seus assessores legais, acreditam em decisão favorável à Companhia na maior parte dos processos como descrito na Nota 16. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos advogados externos como informado no parágrafo anterior. A administração acredita que essas contingências estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras. **(c) Vida útil do imobilizado:** A Companhia avalia a vida útil dos seus ativos imobilizados usando o método linear e/ou utilização do bem na produção para alocar seus custos, menos o valor residual durante a vida útil. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço, conforme descrito na Nota 2 item Imobilizado. **(d) Provisão para perdas com créditos esperadas:** A Companhia apresenta uma abordagem simplificada para análise do saldo a receber líquido de provisão para eventuais perdas de crédito esperadas. Não há provisão do saldo de contas a receber do ativo circulante, a maior movimentação dessa conta é proveniente de clientes de empresas relacionadas, que inclui as contas à receber do projeto da Linha 06 Laranja do Metrô de São Paulo, que possui histórico zero de perdas, e que por sua vez não geram riscos de inadimplência. O atual saldo de contas a receber não circulante foi submetido a análise dessa abordagem e expresso com mais detalhes na nota explicativa 5 - Contas a Receber de Cliente, item b) no ativo não circulante. **(e) Reconhecimento da Receita de Construção:** O reconhecimento da receita de construção é realizado através do método POC Percentage of Completion (Percentual de Obra Concluída) para todos os projetos. O POC é influenciado diretamente pelo custo orçado para cada projeto, dado que o método de apuração se dá pela razão entre custos efetivamente incorridos sobre os custos orçados. O custo orçado é uma estimativa realizada pela Companhia através da área de engenharia que possui profissionais com experiência e conhecimento adequado para realizar tal estimativa. Tempestivamente o custo orçado para cada projeto é revisitado, e ajustado caso seja necessário, refletindo a melhor expectativa de gastos totais no projeto. **<u>Novas Alterações de Pronunciamentos ainda não Vigentes:</u>** As novas normas que não entraram em vigor, não tiveram adoção antecipada e não impactaram a Companhia até 31/12/2023, são as seguintes: **Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC26/IAS1) -** As alterações, emitadas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 01/01/2024. **Acordos de financiamento**

continuação ☛

continuação

Acciona Construcción S.A.

de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7) – As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 01/01/2024. **Outras normas:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: - Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06/IFRS 16) - Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21). Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa:	**2023**	**2022**
Caixa	49	65
Bancos conta Movimento	4.144	4.971
Aplicações financeiras (*)	1.006.943	703.653
	1.011.136	**708.689**

(*) O saldo total das Aplicações Financeiras está indexado aos Certificados de Depósito Interfinanceiro (CDI) a uma taxa média de rentabilidade de 98%, e estão lastreados em Certificados de Depósito Bancário (CDB) de emissão de bancos privados e públicos. Todas as aplicações apresentam liquidez imediata, podendo ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo do rendimento auferido. **5. Contas a receber de clientes**: As contas a receber de clientes por serviços prestados são decorrentes dos direitos contratuais da Companhia, e referem-se exclusivamente a transações em moeda nacional:

a) Ativo Circulante:	**2023**	**2022**
Contas a receber de clientes (i)	1.163	6.808
Serviços prestados a faturar (ii)	446.112	250.426
Indenizações contratuais (iii)	-	149.764
Retenção contratual	793	92
Outras contas a receber	2.569	232
	450.637	**407.322**

(i) O saldo refere-se ao saldo a receber do consórcio Linha 02 Lote 06, equivalente ao 51% de participação da Companhia. (ii) Refere-se a projetos executados e com os custos incorporados concomitantemente ao registro das receitas, independente do momento do faturamento ou recebimento, atendendo plenamente ao Regime de Competência, e ao CPC 47. A Administração tem o controle dos serviços prestados a faturar, com expectativa de êxito no total dos recebimentos após a emissão das respectivas notas fiscais, de acordo como marcos de execução contratual. (iii) O saldo proveniente a receber em 31/12/2022 era referente as indenizações contratuais devido ao incidente ocorrido no poço de ventilação de Aquinos em fevereiro de 2022, e que é parte integrante do contrato de construção da obra da Linha 06 – Laranja do Metrô, foi recebido integralmente no ano de 2023.

b) Ativo não circulante:	**2023**	**2022**
Contas a receber de clientes	351.929	306.711
Perda estimada em liquidação duvidosa	(351.929)	(306.711)

O saldo de contas a receber de longo prazo, refere-se: **a)** Contrato de renegociação de dívida firmado com uma empresa de infraestrutura que atualmente encontra-se em fase de recuperação judicial, e o valor original do crédito é de R$ 298.230 (duzentos e noventa e oito milhões e duzentos e trinta mil reais). **b)** Saldo pendente de receber no Consórcio Metrô Fortaleza, no valor de R$ 8.481 (Oito milhões, quatrocentos e oitenta e um mil reais), sem expectativa de recebimento. A Companhia está acompanhando na esfera judicial o desenvolvimento do processo. **c)** Saldo pendente de receber do Cliente referente ao Projeto Gás Natural Açu (GNA), no valor de R$ 45.218 (Quarenta e cinco milhões, duzentos e dezoito mil reais), sem expectativa de recebimento. A Companhia está acompanhando a respectiva arbitragem no desenvolvimento do processo. **6. Estoques:** Os estoques estão alocados no projeto da obra da Linha 06 do Metrô de São Paulo (Linha Laranja), e são substancialmente materiais a serem empregados diretamente no projeto cuja expectativa de utilização é inferior a 12 meses.

	2023	**2022**
Estoques de materiais diretos (i)	83.391	140.210
	83.391	**140.210**

(i) A variação é devida ao aumento de produção e avanço da obra ocorrido no ano de 2023, e o valor informado de estoque é o necessário para dar continuidade ao avanço programado, conforme cronograma da obra. **7. Despesas antecipadas:** Com a contratação da obra da Linha 06 do Metrô de São Paulo (Linha Laranja), informada na nota explicativa 1, e de acordo com a avaliação da Companhia, ocorreu a necessidade da contratação de seguros que suportem os riscos analisados. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade. Os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros, estão informados na nota explicativa 22. As despesas antecipadas serão cobertas por esses seguros contratados, em virtude de cobertura dos riscos existentes na operação da Companhia e estão demonstradas conforme a seguir:

	2023	**2022**
Modalidade de cobertura de seguro		
Equipamentos	32	-
Fianças e seguro garantia	17.711	12.226
Riscos de engenharia (i)	53.839	84.395
Reponsabilidade civil	12.595	10.114
Reponsabilidade civil ambiental	856	-
	85.032	**106.735**
No ativo circulante	55.568	55.002
No ativo não circulante	29.465	51.733

(i) A variação entre os anos de 2023 e 2022, é devido à amortização anual do seguro contratado para o risco de engenharia, para a obra do projeto Linha 06 do Metrô de São Paulo. **8. Impostos a recuperar:** Os Impostos à Recuperar estão compostos por impostos federais (PIS, COFINS, IRRF, IRPJ e CSLL), e imposto municipal (ISS), e estão demonstrados conforme a seguir:

	2023	**2022**
Ativo circulante		
PIS/COFINS a compensar	44	41
IRRF a compensar	4.910	23
IRPJ	655	1.147
CSLL	517	1.263
INSS retido	-	1.109
Outros impostos a recuperar	1.820	-
	7.946	**3.583**

9. Transações com partes relacionadas: (a) Transações e saldos: A Companhia mantém saldos e realiza transações com sua controladora e outras partes relacionadas em montantes significativos em relação à sua posição patrimonial e financeira e aos resultados de suas operações, conforme descrito a seguir.

Partes relacionadas	**Ativo não circulante**	**Passivo circulante**	**Receitas**	**Despesas**
Acciona Triunfo Construções Ltda.	263	-	-	-
Acciona Construcción S.A. da Espanha (i)	-	2.133	-	1.264
Acciona Concesiones S.L. (ii)	13.718	29.557	7.557	4.748
Concessionaria Linha Universidade (iii)	257	417.174	2.536.931	-
Acciona Agua	17	-	436	-
Riacho Novo Empreendimentos	14	-	90	-
Linha Universidade Participações	174	-	-	-
Consórcios (iv)	-	1.627	53.769	-
Acciona Energia	5.551	-	-	-
31/12/2022	**19.994**	**450.491**	**2.598.783**	**6.012**

Partes relacionadas	**Ativo circulante e não circulante**	**Passivo circulante**	**Receitas**	**Despesas**
Acciona Triunfo Construções Ltda.	762	-	-	-
Acciona Construcción S.A. da Espanha (i)	85	1.685	-	408
Acciona Concesiones S.L. (ii)	24.023	34.193	10.261	4.636
Concessionaria Linha Universidade (iii)	49.451	8.814	2.429.488	-
Acciona Agua	515	-	2.749	-
Riacho Novo Empreendimentos	21	-	90	-
Consórcios (iv)	-	2.117	25.625	-
Acciona Energia	1.153	-	-	-
Acciona Org	41	-	-	-
Acciona Servicios Urbanos - Asuma	297	-	-	-
31/12/2023	**76.349**	**46.809**	**2.468.213**	**5.044**

(i) Refere-se a reembolso de despesas relacionadas a expatriados (salários, bônus e viagens) pagos pela matriz na Espanha, fianças bancárias, faturas de locação de máquinas e equipamentos. Tais obrigações são originalmente em euros e estão sujeitas à variação cambial quando de sua conversão para moeda local. (ii) Refere-se à dívida constituída através do instrumento de sub-rogação de dívida entre o credor Acciona Concesiones S.L. com sede na Espanha e, o devedor Acciona Concessões Rodovia do Aço S.A. no Brasil, e a reembolsos de gastos de expatriados. (iii) O valor do Ativo refere-se à valores faturados para o nosso cliente Concessionaria Linha Universidade referente ao projeto do Metrô Linha 06 Laranja de São Paulo conforme descrito na nota explicativa 1. O valor do passivo está classificado no balanço patrimonial como saldo de adiantamento de clientes. (iv) Refere-se a saldo de conta corrente e receita anual dos Consórcios que a Companhia tem participação, conforme nota explicativa 2 (Reconhecimento das demonstrações financeiras dos consórcios). **(b) Remuneração do pessoal-chave da administração**: O pessoal-chave da administração inclui os diretores e os membros da alta gerência. A remuneração paga no valor de R$ 5.810 mil por serviços de empregados está demonstrada a seguir:

	2023	**2022**
Salários e outros benefícios de curto prazo	5.810	3.958
	5.810	3.958

10. IRPJ e CSLL sobre o lucro: O IRPJ ("IRPJ") e a CSLL sobre o lucro líquido ("CSLL"), correntes e diferidos, são calculados com base nas suas alíquotas vigentes. Os tributos são reconhecidos com base nas taxas de IRPJ e CSLL previstas na legislação vigente na data de encerramento do exercício. As alíquotas vigentes no Brasil são de 15% para o IRPJ, 10% para o adicional do IRPJ e de 9% para a CSLL. A constituição do IRPJ e da CSLL são decorrentes do resultado apurado no exercício, conforme demonstrado abaixo:

	2023
Lucro antes do imposto sobre a renda e da CSLL	**459.603**
Imposto sobre a renda e CSLL a taxa nominal (34%)	(156.265)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:	
Despesas não dedutíveis	3.033
Programa de alimentação do trabalhador - PAT	2.143
Reconhecimento de diferenças temporárias dedutíveis anteriormente não reconhecidas	9.979
Outras movimentações	1.434
Imposto sobre a renda e CSLL (corrente e diferido)	(139.676)
Alíquota efetiva	**30%**
IR Corrente	(120.484)
IR Diferido	(19.192)

A constituição do IRPJ e da CSLL diferidos são exclusivamente decorrentes dos ajustes da adoção do CPC 32. Com o saldo de contratos em execução, foi feita uma projeção dos resultados dos anos subsequentes, que resultou na expectativa de resultados positivos suficientes para absorver os resultados negativos acumulados anteriores. A Companhia vem auferindo lucro da operação de forma recorrente nos últimos anos, especialmente em função do contrato de construção da Linha 06 do Metrô que ainda prevê o recebimento pela Companhia de aproximadamente R$ 7.983 (Sete bilhões, novecentos e oitenta e três milhões) pela obra, indica que haverá receitas com alto grau de previsibilidade para sustentar a operação nos próximos anos e por consequência gerar lucro tributável para compensação desta base negativa. Os estudos de rentabilidade futura elaborados pela administração demonstram que os créditos diferidos de IRPJ e CSLL ativos serão realizados em um período de aproximadamente dois anos. **11. Outras contas a receber:** Outras contas a receber trata-se de negociações que agregam aos contratos de prestação de serviços vigentes:

Prestação de serviços vigentes:	**2023**	**2022**
K-Infra Rodovia do Aço	19.699	19.699
	19.699	**19.699**

Venda firmada entre a Concessionária BR393 e a Acciona Concesiones Espanha para a Concessionária K-Infra. Devido a Acciona Concesiones não ter uma pessoa jurídica estabelecida no Brasil, o valor acordado foi sub-rogado para a Acciona Construção Brasil.

12. Imobilizado, Intangível e Direito de uso: (a) O Imobilizado é representado por:

	Taxa anual de depreciação - (%)	**2023 Custo**	**2023 Depreciação acumulada**	**2023 Valor líquido**	**2022 Custo**	**2022 Depreciação acumulada**	**2022 Valor líquido**
Instalações	10%	376	(295)	81	376	(170)	206
Máquinas e equipamentos	10%	347.077	(181.614)	165.463	345.444	(86.417)	259.026
Equip. de informática	20%	3.925	(3.098)	827	3.746	(2.889)	856
Móveis e utensílios	10%	6.350	(7.805)	(1.455)	6.232	(7.551)	(1.319)
Equip. de telecomunicação	10%	906	(906)	-	906	(861)	45
Veículos	20%	21.133	(22.818)	(1.685)	23.637	(18.301)	5.336
Benf.em imóveis de 3ºs	20%	2.774	(1.985)	789	2.673	(1.727)	947
Obras em andamento Ativo direito de uso		68	-	68	68	-	68
		382.609	**(218.520)**	**164.089**	**383.081**	**(117.916)**	**265.165**

Conforme mencionado na Nota 1, no 4º parágrafo, a Companhia adota taxas anuais de depreciação para refletir a vida útil do ativo imobilizado, especialmente quando não está diretamente vinculado a um projeto específico. A variação na depreciação em comparação com o ano anterior é devido ao progresso do projeto da Linha 06 do Metrô de São Paulo, destacando-se particularmente pelo avanço dos túneis Norte e Sul. De acordo com a avaliação da administração, não foi identificado a necessidade de aplicação de impairment para os ativos não financeiros conforme requisitos e normas estabelecidas. (b) A movimentação do ativo imobilizado no exercício de 2023 e 2022 respectivamente, foram as seguintes:

	Saldo final em 2022	**Adições**	**Baixas líquidas**	**Depreciação**	**Saldo final em 2023**
Instalações	206	-	-	(125)	81
Máquinas e equipamentos	259.026	2.758	(1.010)	(95.312)	165.463
Equip. de informática	856	231	(51)	(208)	827
Móveis e utensílios	(1.319)	147	(29)	(254)	(1.455)
Equip. de telecomunicação	46	-	-	(45)	-
Veículos	5.336	-	(2.504)	(4.517)	(1.685)
Benf.em imóveis de 3ºs	947	103	(2)	(259)	789
Obras em andamento	68	-	-	-	68
	265.165	**3.239**	**(3.596)**	**(100.719)**	**164.089**

	Saldo final em 31/12/2021	**Adições**	**Baixas líquidas**	**Depreciação**	**Saldo final em 31/12/2022**
Instalações	376	-	-	(170)	206
Máquinas e equipamentos	262.060	51.718	-	(54.753)	259.026
Equip. de informática	687	297	-	(127)	856
Móveis e utensílios	(920)	102	-	(501)	(1.319)
Equip. de telecomunicação	107	-	-	(62)	46
Veículos	1.373	4.442	-	(480)	5.336
Benf.em imóveis de 3ºs	444	534	-	(31)	947
Obras em andamento	150	-	(82)	-	68
Ativo direito de uso	-	-	-	-	-
	264.277	**57.093**	**(82)**	**(56.123)**	**265.165**

(c) Saldo do ativo intangível nos exercícios de 2023 e 2022:

	Saldo final em 2022	**Adições**	**Saldo final em 2023**
Sistema de informática - software	2.708	-	2.708
Amortizações acumuladas	(1.846)	169	(1.677)
	862	169	1.031

(d) Movimentação do Ativo de direito de uso no exercício de 2023: A política que o grupo aplica nas obras para a contabilização dos contratos de arrendamento, é realizar uma estimativa para contabilizar o ativo e o passivo inicial, com base no compromisso que a Companhia assumiu com os fornecedores por horas mínimas como determinam a maioria dos contratos. Posteriormente, de acordo com o CPC 06 e informado no parágrafo 38 do IFRS 16, as diferenças entre os pagamentos estimados e os pagamentos efetivos se reconhecem no resultado do exercício. A depreciação do passivo de arrendamento ocorre de acordo com a utilização dos bens arrendados na obra, e dessa forma, durante 2023 devido a utilização, o valor de depreciação foi de R$ 139.568 mil.

Ativo - IFRS 16:	**2023**	**2022**
Saldo Inicial	27.070	136.939
Adição	243.168	127
Baixa	-	-
Depreciação	(139.568)	(109.997)
	130.670	**27.070**
Composição		
Direitos de uso	394.554	137.593
(-) Depreciação acumulada	(263.884)	(110.523)
	130.670	**27.070**

O passivo de arrendamento possui conta destacada no balanço no montante de R$ 132.562.

Passivo - IFRS 16	**2023**	**2022**
Saldo inicial	27.498	137.222
Adição	243.168	-
Pagamento do principal	(138.104)	(105.274)
Pagamento de juros	(14.910)	(4.450)
Provisão de juros	14.910	-
Saldo Final	**132.562**	**27.498**
Composição		
Passivo circulante	111.464	19.647
Passivo não circulante	21.098	7.851
	132.562	**27.498**

Aging de Valores a Pagar:

Vencimento	**Taxa de Desconto (a)**	**Valor com Taxa de Desconto**
2024	10,74%, 12,18%, 12,56% e 13,10%	110.014
2025	10,74%, 12,18%, 12,56% e 13,10%	22.414
2026	10,74%, 12,18%, 12,56% e 13,10%	135
		132.562

13. Fornecedores:	**2023**	**2022**
Fornecedores (i)	506.213	318.507
Retenções contratuais (ii)	39.846	24.731
	546.059	**343.238**

(i) Representam as contas a pagar por serviços prestados e aquisição de materiais. A variação entre os anos de 2022 e 2023 deve-se ao avanço da obra da Linha 06 do Metrô de São Paulo. (ii) Representam as retenções previstas em contratos firmados com fornecedores referentes a prestação de serviços, onde as retenções resguardam a Companhia para eventuais gastos futuros, e não há relação com contingenciamento. Os saldos referem-se exclusivamente a transações em moeda nacional.

14. Adiantamento de clientes:	**2023**	**2022**
Adiantamentos de clientes (i)	1.220	1.234
Faturamento antecipado (ii)	8.814	417.174
	10.034	**418.408**

(i) Os adiantamentos de clientes referem-se aos valores recebidos inicialmente e de forma antecipada, representando por um percentual definido em contrato, ou acordado entre as partes durante a execução dos contratos, e que são compensados nos respectivos faturamentos. (ii) Faturamento antecipado refere-se a notas fiscais emitidas e recebidas para o cliente Concessão Linha Universidade, proveniente do contrato de construção da obra da Linha 06 - Laranja do Metrô São Paulo, conforme informado anteriormente na nota explicativa 9, item (iii), porém, em decorrência da aplicação do CPC 47 e do método do POC (*Percentage of Completion*) são classificadas como adiantamento, por que os recebimentos ocorreram antes do avanço da obra através dos custos incorridos, o que não permite que a receita seja reconhecida. No momento que esses custos forem realizados, os valores serão reconhecidos como receita no mesmo exercício.

15. Impostos e contribuições a pagar:	**2023**	**2022**
ISSQN	29.530	15.467
IRRF	439	195
INSS (i)	11.094	9.411
PIS/COFINS/CSLL	683	460
PIS	1.813	1.848
COFINS	8.368	8.599
IRPJ E CSLL (ii)	3.027	6.785
Outros Impostos e taxas	377	888
Impostos s/faturamento antecipado (iii)	17.941	6.703
	73.273	**50.357**

(i) Aumento do saldo do INSS a pagar decorrente do aumento de contratação de empregados e retenções de serviços prestados, principalmente para a obra a Linha 06 do Metrô de São Paulo (Linha Laranja). (ii). Saldo proveniente do lucro auferido no período. (iii). A variação é referente ao ISS apurado pela diferença entre a receita efetivamente realizada contra a receita faturada da obra a Linha 06 do Metrô de São Paulo (Linha Laranja).

16. Provisões:	**2023**	**2022**
Provisão para contingências	7.367	3.551
Provisão de desmobilização (i)	40.918	26.383
Provisão de garantia pós término de contratos (ii)	35.109	19.016
	83.393	**48.950**

(i) A provisão de desmobilização compreende a desmontagem do canteiro de obras e a retirada do local de todo o efetivo, além dos equipamentos e materiais, para a entrega da área das instalações devidamente limpa. (ii) A provisão de garantia, pós término de contrato, compreende os gastos a serem incorridos após a entrega da obra e encerramento do contrato. A Companhia possui também processos judiciais em andamento, perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza trabalhista, tributária e cível. Para esses processos a Companhia apresenta defesas judiciais, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. **Contingências Possíveis – Judiciais e Administrativas**: As causas possíveis não provisionadas no balanço totalizam no ano de 2023 R$ 66.849, enquanto em 2022 eram R$ 40.437, conforme demonstrado abaixo:

Causa	**2023**	**2022**
Cível (i)	31.236	31.455
Trabalhista (ii)	26.018	2.547
Tributária (iii)	3.932	271
Administrativo (iv)	699	6.164
	61.886	**40.437**

(i) Referem-se a 11 causas. A principal variação refere-se à ação intercorrente de indenização requerida por uma empresa que mantinha relação comercial de aluguel de uma área no projeto do Rodoanel trecho Norte Lote 06. (ii) Referem-se a 213 causas. A principal variação refere-se a revisão de todas as ações consolidadas dos projetos em curso e encerrados de períodos subsequentes, onde a administração identificou a necessidade da divulgação do valor estudado considerando com expectativa de possíveis perdas. (iii) Referem-se a 6 causas. A principal variação refere-se à inconformidade por parte da Prefeitura de São Paulo quanto a desconsideração do desconto de determinadas despesas da base de cálculo do ISS do projeto Rodoanel trecho Norte Lote 04. (iv) Refere-se a 1 causa. Processo recorrido devido auto de infração aplicado na construção de molhes e quebra-mares do Porto do Açu. **Contingências Possíveis - Arbitragens**: A Companhia está em trâmite de duas arbitragens, provenientes de contratos de construção civil, sendo uma de origem pública no estado de São Paulo, e uma de origem privada no estado do Rio de Janeiro, e ambas se encontram em fase pericial. As causas possíveis não provisionadas no balanço totalizam R$ 780.542 de pleitos a favor da Companhia, e R$ 923.270 de contra pleitos. **17. Patrimônio Líquido: Capital social**: Em 31/12/2023, o capital social subscrito é de R$ 746.455 (R$ 721.945 em 31/12/2022). No decorrer do exercício de 2023, foram realizados aumentos de capital que totalizaram o montante de R$ 24.510 totalmente integralizado. A Companhia é uma sucursal no Brasil da sua empresa matriz na Espanha, e, portanto, o patrimônio da Companhia espelha as movimentações de sua matriz. A operação da Companhia no Brasil como sucursal é aprovada através do decreto presidencial em 03/09/1999. Neste sentido a Companhia segue as orientações estatutárias conforme estabelecido pela sua matriz e lei na Espanha, não havendo nesta entidade sucursal no Brasil o reconhecimento dos dividendos mínimos e alocação de reservas societárias. A Reserva Legal foi constituída à razão de 5% do lucro líquido ajustado do exercício, até o limite de 20% do capital social, conforme Art. 193 da Lei nº 6.404/1976. O saldo da reserva em 2023 totaliza R$ 15.994 milhões, totalmente constituído no exercício. **18. Receitas operacionais líquidas:** O efeito da aplicação inicial do CPC 47 na receita da Companhia de contratos com clientes está descrito na nota explicativa 2. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que esses benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

	2023	**2022**
Receita bruta de serviços	3.093.090	2.564.472
Impostos e deduções da receita bruta	(104.437)	(96.868)
	2.988.653	**2.467.604**

O aumento relevante em 2023 ocorreu devido a programação de execução da obra da Linha 06 do Metrô de São Paulo (Linha Laranja).

19. Custos e despesas administrativas por natureza:

Custos por Natureza:	**2023**	**2022**
Aluguel	1.625	12.550
Custos de locação de equipamentos	18	34.147
Depreciação	238.334	164.357
Gastos com importação	3.130	2.832
Manutenção e conservação	70.256	68.547
Materiais	449.224	507.095
Pessoal	511.946	397.380
Provisão para perdas e contingências (NE 16)	37.541	58.009
Seguros e Garantias	54.581	54.467
Serviços de terceiros	187.962	183.300
Subempreiteiros	813.948	513.091
Tributários	3.105	2.195
Utilidades	33.987	22.491
Viagens	2.383	3.791
Outros custos	96.118	107.528
	2.504.158	**2.131.780**

(i) A elevação dos respectivos custos ocorreu devido ao avanço de execução do projeto da Linha 06 do Metrô de São Paulo.

Despesas por Natureza:	**2023**	**2022**
Aluguel	1.024	1.013
Provisão para perdas e contingências (NE 16)	2.737	88
Custos de locação de equipamentos	181	58
Depreciação	2.463	4.257
Gastos com importação	192	1.078
Manutenção e conservação	91	1.257
Materiais	164	390
Outras despesas e custos	398	2.774
Pessoal	34.241	27.913
Seguros e Garantias	1.015	667
Serviços de terceiros	17.421	15.214
Tributários	252	282
Utilidades	289	309
Viagens	3.508	1.584
Comerciais	714	218
	64.688	**56.925**

20. Resultado financeiro:

Receitas financeiras	**2023**	**2022**
Receitas de aplicações financeiras (i)	59.731	30.557
Descontos obtidos	185	146
Juros sobre recebimentos	33	270
Atualização monetária ativa	188	340
Variação cambial ativa	995	4.284
	61.132	**35.597**
Despesas financeiras		
Despesas com imposto s/operações financeiras	-	(1.491)
Variação cambial passiva	(759)	(1.313)
Juros sobre parcela de arrendamento	(14.910)	(4.449)
Juros sobre passivos	-	(511)
Tarifas e serviços bancários	-	(375)
Outras despesas financeiras	(1.316)	(540)
	(16.985)	(8.679)
	44.147	**26.918**

(i) As receitas de aplicações financeiras sofreram variações significativas de aumento entre 2022 e 2023 devido a disponibilidade de caixa e equivalente de caixa proveniente do projeto do Metrô Linha 06 – Laranja. **21. Gestão de riscos financeiros:** De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, o potencial desses riscos. Assim, podem existir riscos com garantias ou sem, dependendo de aspectos circunstanciais ou legais. De acordo com o CPC 48, esses instrumentos financeiros são mensurados de acordo com os seguintes níveis: • Nível 1: Preços cotados em mercados ativos, líquidos e transparentes para ativos e passivos idênticos acessíveis na data de mensuração, sem ajustes. • Nível 2: Preços cotados, ajustáveis ou não, para ativos ou passivos similares em mercados ativos. • Nível 3: Ativos e passivos com preços existentes, respaldados por mercados pequenos, inexistentes, não observáveis ou ilíquidos, ou avaliados por técnicas apropriadas quando os preços de mercado não estão disponíveis. A Companhia avalia que todos os seus instrumentos financeiros, por suas características, se enquadram como nível 1 de mensuração, em linha com os critérios demonstrados acima. Os principais fatores de risco de mercado que podem afetar o negócio da Companhia são os seguintes: **(a) Exposição ao risco de taxa de juros**: As aplicações

continuação

Publicidade Legal

continuação ☛

Acciona Construcción S.A.

financeiras da Companhia são basicamente mantidas em operações vinculadas à remuneração do CDI para aplicações financeiras em CDB. O risco inerente a esses ativos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esse tipo de risco em 31/12/2023 e de 2022. Contudo, há um monitoramento contínuo das taxas de mercado com o propósito de se proteger contra o risco de volatilidade. Os valores de mercado dessas operações não diferem substancialmente daqueles registrados nas demonstrações financeiras de 31/12/2023. Conforme informado na nota explicativa 4, a administração entende que não há riscos de perda da taxa de juros negociadas para as aplicações financeiras, devido ao tipo de negociação estar definido com liquidez imediata. **b) Exposição ao risco de taxa de câmbio**: Conforme descrito na Nota 9 (i), a Companhia possui saldo a pagar em moeda estrangeira à controladora na Espanha no montante de R$ 1.685 em 31/12/2023 (R$ 2.132 em 31/12/2022), que correspondem a aproximadamente € 315 em 31/12/2023 (€ 378 em 31/12/2022), relativos a reembolso de despesas e bônus a expatriados e locação de equipamento pago pela controladora. O risco vinculado a essas transações surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos desses passivos. A Companhia não faz hedge contra esse risco em virtude de a dívida ser com a controladora. A administração tem por procedimento autorizar os pagamentos de faturas em moeda estrangeira o mais rápido possível, assim mitigando o mínimo risco de exposição a flutuação da taxa de câmbio no mercado. **c) Exposição ao risco de liquidez**: O risco de liquidez é o risco que a Companhia encontra nas dificuldades em cumprir com suas obrigações respectivamente aos seus passivos financeiros pagos com recursos de caixa ou com outro ativo financeiro. A Companhia administra os recursos para garantir a liquidez com todas as possibilidades disponíveis, resultando sempre com liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações em condições normais sem perdas ou risco de danos reputacionais para a Companhia. R$ 46.809 mil das obrigações da Companhia é com partes relacionadas conforme informado em detalhes na nota explicativa 9, item "transações e saldos", e a Companhia possui liquidez suficiente para honrar o pagamento de suas obrigações. **d) Exposição ao risco de crédito**: O risco de crédito refere-se ao risco decorrente de clientes ou uma contraparte de um instrumento financeiro que deixa de cumprir suas obrigações contratuais. Este risco é proveniente principalmente de contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas. A exposição máxima do risco de crédito, corresponde ao valor contábil dos ativos financeiros para o qual a Companhia entende ser reduzido considerando que maior parte de suas transações são com partes relacionadas, sendo R$ 76.349 mil informado em detalhes na nota explicativa 9, item "transações e saldos", e R$ 446.112 mil conforme informado em detalhes na nota explicativa 5, itens (ii). **22. Cobertura de seguros:** A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31/12/2023, a Companhia possuía seguros cobrindo diversos riscos, tais como: riscos de engenharia, obras de construção civil, instalação e montagem, responsabilidade civil e danos materiais, entre outros, conforme nota explicativa 7 despesas antecipadas. As premissas de riscos adotadas, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. As coberturas por natureza de seguros estão abaixo demonstradas:

Natureza	Valor de cobertura	Prazo de Vigência
Garantia	917.113	out/26
Patrimonial	17.380	ago/24
Fiança Locatícia	2.050	nov/25
Responsabilidade Ambiental	265.855	out/25
Responsabilidade Civil	961.851	out/25
Responsabilidade Civil Profissional	100.000	out/25
Risco de Engenharia	12.772.587	out/25
Total cobertura	**15.036.837**	

DIRETORIA: Fabio Luis do Santos – Procurador
Ana Cristina Olanda Coutinho – CRC 1SP 315.590/O-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da **Acciona Contrucción S.A.**, São Paulo – SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Acciona Construcción S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Acciona Construcción S.A. ("Companhia") em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 8 de março de 2024

KPMG
KPMG
Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Walter Malvar Leite da Silva
Contador
CRC RJ 117037/O-0

Acciona Construccíon, S.A.U.

NIF A-81/638108

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(em milhares de euros)*

Balanço em 31/12/2023 e 2022 *(em milhares de euros)*

Ativo	2023	2022
Ativo intangível	**5.313**	**4.276**
Aplicações informáticas	1.448	1.670
Outros ativos intangíveis	3.865	2.606
Ativos fixos tangíveis	160.552	164.376
Terrenos e construções	18.342	16.039
Instalações técnicas e máquinas	113.008	101.014
Outras instalações ferramentase móveis	829	1.134
Ativos em andamento e adiantamentos	26.260	44.776
Outros ativos fixos tangíveis	2.113	1.413
Propriedade de investimento	430	446
Investimentos em empresas e associadas do grupo de longo prazo	**859.945**	**792.067**
Particip. em empresas do grupo e assoc. a 1/p	825.056	757.011
Créditos a empresas do grupo e associadas a 1/p	34.889	35.056
Investimentos financeiros de longo prazo	**4.912**	**5.941**
Ativos financeiros designados ao valor justo	110	108
Outros ativos financeiros de longo prazo	4.802	5.833
Devedores comerciais e outras contas a receber de longo prazo	**73.168**	**40.353**
Ativos fiscais diferidos	**70.105**	**57.914**
Periodificações	**5.887**	**8.471**
Ativo não circulante	**1.180.312**	**1.073.844**
Inventário	**118.601**	**106.515**
Insumos produtos em andamento e outros	66.147	72.222
Adiantamentos a fornecedores	52.454	34.293
Devedores comerc. e outras contas a receber	**949.281**	**920.548**
Clientes e obras com certificação pendente	741.041	617.388
Grupo e empresas associadas	139.396	204.609
Vários devedores	67.636	97.438
Pessoal	1.208	1.113
Outros créditos com as administrações públicas	**33.737**	**22.030**
Investimentos de curto prazo em empresas do grupo e associadas	**189.572**	**127.299**
Créditos a empresas do grupo e assoc. a CP	44.417	49.929
Outros empréstimos a empresas do grupo	145.155	77.370
Investimentos financeiros de curto prazo	**1.227**	**1.411**
Periodizações	**39.347**	**36.733**
Caixa e outros equivalentes líquidos	**488.757**	**377.579**
Tesouraria	231.156	239.236
Outros ativos liquídos equivalentes	257.601	138.343
Ativo circulante	**1.820.522**	**1.592.115**
Total de ativos	**3.000.834**	**2.665.959**

Patrimônio e passivo	2023	2022
Fundos próprios	**800.228**	**777.708**
Capital	88.541	88.541
Prêmio de ações	532.984	532.984
Reservas	154.489	145.123
Legal e estatutário	18.043	18.043
Outras reservas	136.446	127.080
Resultado do exercício	24.214	11.060
Diferenças de conversão e outros	**(97.719)**	**(92.185)**
Patrimônio líquido	**702.509**	**685.523**
Provisões de longo prazo	**25.936**	**30.553**
Dívidas de longo prazo	**487.630**	**403.997**
Dívidas com empresas do grupo	473.646	403.865
Dívidas com instituições de crédito	13.984	132
Devedores comerc. e outras contas a pagar	**71.056**	**85.407**
Adiantamentos de clientes	28.582	15.332
Outras dívidas de longo prazo	42.474	70.075
Passivos fiscais diferidos	**38.773**	**28.999**
Acréscimos de longo prazo	**744**	**686**
Passivo não circulante	**624.139**	**549.642**
Provisões de curto prazo	**120.487**	**95.567**
Dívidas de de curto prazo	**217.432**	**139.474**
Dívidas com empresas do grupo e associadas	187.147	87.123
Dívidas com instituições de crédito	30.285	52.351
Devedores comerc. e outras contas a pagar	**1.248.133**	**1.132.533**
Fornecedores	897.572	764.620
Forneced. de empresas do grupo e associadas	62.590	60.539
Vários credores	15.084	24.335
Pagamento de remuneração pendente	20.483	16.376
Adiantamentos de clientes	252.404	266.663
Outras dívidas com administrações públicas	**81.846**	**58.178**
Periodificações	**6.288**	**5.042**
Passivo circulante	**1.674.186**	**1.430.794**
Ativo total líquido e passivo	**3.000.834**	**2.665.959**

Contas de Perdas e Ganhos correspondente aos Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 *(em milhares de euros)*

Conta de perdas e ganhos	2023	2022
Operações contínuas		
Montante líquido do volume de negócios	**2.119.107**	**1.688.697**
Vendas	2.099.541	1.670.158
Provisões de serviços	19.566	18.539
Suprimentos e outras desp. externas	**(1.265.351)**	**(1.027.423)**
Consumo de matérias-primas e insumos	(402.965)	(348.019)
Trabalho realizado por outras empresas	(862.386)	(679.404)
Outras receitas operacionais	**126.269**	**170.483**
Rec. acessórias e outras rec. de gestão atual	124.092	168.619
Subsídios à exploração incorporados nos resultados do exercício	2.177	1.864
Gastos com pessoal	**(388.607)**	**(317.514)**
Salários vencimentos e similares	(323.156)	(260.809)
Cargas sociais	(65.451)	(56.705)
Outras despesas operacionais	**(565.824)**	**(496.417)**
Serviços externos	(494.940)	(444.977)
Tributos	(35.699}	(23.339)
Perdas redução ao valor recuperável e variação nas provisões para operações comerciais	(20.872)	(17.689)
Outros custos de gestão atuais	(14.313)	(10.412)
Amortização de ativos fixos	**(39.611)**	**(20.529)**
Imparidades e resultados de alienações de ativos fixos	**1.237**	**1.214**
Outros resultados	**(603)**	**(4.080)**
Resultado de exploração	**(13.383)**	**(5.569)**
Receitas financeiras	**85.575**	**17.584**
Das participações em ativos de capital	62.499	7.106
Em empresas do grupo e associadas	62.489	7.097
Em terceiros	10	9
De títulos negociáveis e outras receitas financ.:	23.076	10.478
Em empresas do grupo e associadas	2.650	1.891
Em terceiros	20.426	8.587
Gastos financeiros	**(48.516)**	**(24.994)**
Diferenças de câmbio	**258**	**(2.272)**
Lmparidade e resultados de alienações de ativos financeiros	**(11.374)**	**17.156**
Deteriorações e perdas	(11.372)	17.156
Resultados por alienações e outros	(2)	-
Resultados financeiros	**25.943**	**7.474**
Resultado antes dos impostos	**12.560**	**1.905**
Imposição sobre benefícios:	11.654	9.155
Resultado do exercício de ativid. contínuas	**24.214**	**11.060**
Resultado do exercício	**24.214**	**11.060**

Demonstração de Variações do Ativo Líquido Correspondente aos exercícios findos em 31/12/2023 e 2022.
A) Demonstração de receitas e despesas reconhecidas *(em milhares de euros)*

	2023	2022
A) resultado da conta de lucros e perdas	**24.214**	**11.060**
Receitas e desp. imputadas diretamente ao patrimônio líq.		
Diferenças e conversão	(5.534)	17.748
B) total de receitas e despesas imputadas diretamente ao patrimonio líquido	**(5.534)**	**17.748**
Transferências para a conta de lucros e perdas		
C) total de transferências para a conta de lucros e perdas	-	-
Total de receitas e despesas reconhecidas (A+B+C)	**18.680**	**28.808**

Demonstração de Variações do Ativo Líquido para os exercicios findos em 31/12/2023
B) demonstração total de variações do ativo líquido *(em milhares de euros)*

	Capital	Prêmio de ações	Reservas	Resultado do exercício	Diferenças de conversão	Patrimônio líquido total
Saldo em 31/12/2021	**88.541**	**532.984**	**137.795**	**7.328**	**(109.933)**	**656.715**
Distribuição dos resultados do exercício de 2021	-	-	7.328	(7.328)	-	-
Receitas e despesas reconhecidas	-	-	-	11.060	17.748	28.808
Saldo em 31/12/2022	**88.541**	**532.984**	**145.123**	**11.060**	**(92.185)**	**685.523**
Distribuição do resultado do exercício de 2022	-	-	11.060	(11.060)	-	-
Receitas e despesas reconhecidas	-	-	-	24.214	(5.534)	18.680
Outras variações no patrimônio líquido	-	-	(1.694)	-	-	(1.694)
Saldo em 31/12/2023	**88.541**	**532.984**	**154.489**	**24.214**	**(97.719)**	**702.509**

Demonstração dos Fluxos de Caixa correspondentes aos exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 *(Em Milhares de euros)*

	2023	2022
A) fluxos de caixa das atividades operacion.	**119.177**	**20.237**
Lucro do ano antes de impostos	**12.560**	**1.905**
Ajustes de resultados	**44.957**	**38.685**
Amortização de ativos fixos	39.611	20.529
Consequências de avaliação devido a imparidade	11.372	(17.156)
Result. de alienações e alienações de ativos fixos	(1.237)	(1.214)
Resultado do cancelamento de registro e alienação de ativos financeiros	2	-
Receitas e despesas fianceiras	(37.059)	7.410
Diferenças de cambio	(258)	2.272
Despesas fiscais corporativas	11.654	9.155
Variação nas provisões	20.872	17.689
Mudanças no capital atual	**45.622**	**(61.933)**
Inventário	(12.086)	(41.717)
Periodificações	1.274	7.008
Clientes, fornec. e outras contas a pg. ou a receber	78.651	(11.886)
Outros ativos e passivos circulantes	25.471	(18.675)
Outros ativos e passivos não circulantes	(47.688)	3.337
Outros fluxos de caixa de atividades operac.	**16.038**	**41.580**
Cobranças e pagamentos financeiros	(20.782)	(158)
Cobranças e pagamentos de imposto de renda	36.820	41.738
B) fluxos de caixa das ativid. de investim.	**(113.776)**	**(94.086)**
Pagamentos por investimentos	**(118.137)**	**(120.616)**
Grupo e empresas associadas	(84.656)	(86.585)
Ativos intangíveis e materiais	(33.481)	(34.031)
Encargos de desinvestimento	**4.361**	**26.530**
Grupo e empresas associadas	13	24.326
Ativos intangíveis e materiais	4.348	2.204
C) fluxos de caixa das ativid. de financiam.	**120.878**	**184.868**
Cobranças e pagamentos de ativos financeiros e outros ativos de passivo	**(8.131)**	**14.858**
Emissão	30.203	50.939
Retorno e amortização	(38.334)	(36.081)
Variação líquida nas aplicações financeiras	**129.009**	**170.010**
D) efeito das variações da taxa de câmbio	**(15.101)**	**8.911**
E) aumento/redução líquida de caixa e equivalentes de caixa (a b c d)	**111.178**	**119.930**
Caixa e equivalentes no início do período	377.579	257.649
Caixa e equivalentes no final do período	488.757	377.579

DIRETORIA — **Fabio Luis do Santos** – Procurador — **Ana Cristina Olanda Coutinho** – CRC 1SP 315.590/O-3

"As Notas Explicativas fazem parte integrante das contas anuais e estão à disposição nas dependências do escritório da Sucursal Brasileira".

Dólar fecha em leve alta e encosta nos R$ 5,36; Ibovespa sobe

Após o forte avanço recente, o dólar à vista ensaiou um ajuste de baixa nesta terça-feira, 11, mas acabou se reaproximando da estabilidade, puxado pela alta da moeda norte-americana no exterior e por preocupações em torno do cenário fiscal brasileiro, em um dia marcado ainda pela divulgação do IPCA de maio, que veio pior que o esperado.

O dólar à vista encerrou o dia cotado a R$ 5,3597 na venda, em leve alta de 0,06%. Este é o maior valor de fechamento desde 4 de janeiro de 2023, quando encerrou em R$ 5,4513. Em junho, a moeda acumula elevação de 2,07%.

O Ibovespa também fechou em alta nesta terça-feira, em pregão marcado por ajustes após duas sessões seguidas no vermelho, mas o volume financeiro continuou abaixo da média do ano, sem catalisadores para motivar posicionamentos mais expressivos.

IstoéDinheiro

Annapurna Empreendimentos e Participações S.A.

(em fase de organização)

Ata de Assembleia Geral de Constituição

Data/hora/local: 11/04/2024, 16hs, em São Paulo/SP. **Convocação e Presença:** Dispensada. A totalidade dos subscritores do capital social inicial. **Mesa:** Presidente: Edson Vicente da Silva Filho; Secretária: Gabriela Albuquerque Pace. **Deliberações aprovadas: 5.1** A constituição de uma S.A. sob a denominação de **Annapurna Empreendimentos e Participações S.A.** com Sede e Foro em São Paulo/SP. **5.2** Aprovado o capital social inicial de R$ 150,00, representado por 150 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 1,00 cada uma, totalmente subscritas neste ato. O Capital está totalmente integralizado, tendo sido constatada a realização em dinheiro, de R$ 150,00 depositados em conta vinculada no Banco do Brasil S.A., tudo de acordo com os Boletins de Subscrição e o Recibo de Depósito. **6.** Aprovado o projeto de Estatuto Social da Companhia, dando-se assim por efetivamente constituída a **Annapurna Empreendimentos e Participações S.A.**. **7.** Eleitos o Sr. **Edson Vicente da Silva Filho,** brasileiro, empresário, com endereço residencial em São Paulo/SP, para o cargo de Diretor Presidente, e a Sra. **Gabriela Albuquerque Pace**, brasileira, empresaria, com endereço residencial em São Paulo/SP, para o cargo de Diretora sem designação específica, ambos com mandato de 2 anos, os quais declaram não estarem incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividade mercantil. **8.** Autorizar a lavratura da ata na forma sumária. Nada mais. São Paulo, 11/04/2024. JUCESP/NIRE nº 3530063721-6 em 06/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **Estatuto Social. Capítulo – I. Da denominação, sede, foro, prazo de duração e objeto.** Artigo 1 – A **Annapurna Empreendimentos e Participações S.A.** é uma sociedade anônima, que se regerá pelas leis e usos do comércio, por este estatuto social e pelas disposições legais e aplicáveis. Artigo 2 - A sociedade terá por objeto a) Administração de imóveis próprios, e b) Participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista (holding). Artigo 3 - A Companhia tem sede e foro na Cidade do São Paulo, Estado do São Paulo, Rua Padre Luciano, 97 – Jardim França – CEP 02337-080, São Paulo, Estado de São Paulo, podendo por deliberação da Diretoria, criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior. Artigo 4º - O jornal de grande circulação que a empresa utiliza para publicação de seus atos e documentos é o jornal Data Mercantil, de forma impressa e digital. Artigo 5 - A Companhia iniciará suas atividades em 11/04/2024, e seu prazo de duração será indeterminado. **Capítulo – II. Do capital social e ações.** Artigo 6 - O Capital Social da Companhia é de R$ 150,00, dividido em 150 ordinárias todas nominativas e sem valor nominal. §1 - Todas as ações da Companhia serão nominativas, facultada adoção da forma escritural, em conta corrente de depósito mantida em nome de seus titulares, junto à instituição financeira indicada pela Diretoria, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o parágrafo 3 do Artigo 35 da lei 6.404/76. §2 - A cada ação ordinária corresponde a um voto nas Assembleias Gerais. §3 - A capitalização de lucros ou de reservas será obrigatoriamente efetivada sem modificação do número de ações. O grupamento e o desdobramento de ações são também expressamente proibidos, exceto se previamente aprovado em Assembleia Especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. **§**4 - Poderão ser emitidas sem direito de preferência para os antigos acionistas, ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição cuja colocação seja feita por uma das formas previstas no Artigo 172 da Lei 6.404/76, desde que a eliminação do direito de preferência seja previamente aprovada em Assembleia especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. §5 - A alteração deste Estatuto Social na parte que regula a diversidade de espécies e/ou classes de ações não requererá a concordância de todos os titulares das ações atingidas, sendo suficiente a aprovação de acionistas que representem a maioria tanto do conjunto das ações com direito a voto, quando de cada espécie ou classe. §6 - A emissão de debêntures conversíveis, bônus de subscrição, outros títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações e partes beneficiárias, estas conversíveis ou não, bem como a outorga de opção de compra de ações dependerá da prévia aprovação de acionistas representando a maioria das ações de cada espécie ou classe de ações. Artigo 7 - Os certificados representativos das ações serão sempre assinados por dois Diretores, ou mandatários com poderes especiais, podendo a Companhia emitir títulos múltiplos ou cautelas. Parágrafo Único – Nas substituições de certificados, bem como na expedição de segunda via de certificados de ações nominativas, será cobrada uma taxa relativa aos custos incorridos. Artigo 8 – O montante a ser pago pela Companhia a título de reembolso pelas ações detidas por acionistas que tenham exercido direito de retirada, nos casos autorizados por lei, deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado de acordo com o procedimento de avaliação aceita pela Lei n.o 9.457/97, sempre que tal valor for inferior ao valor patrimonial apurado de acordo com o Artigo 45 da Lei n.o 6.404/76. Artigo 9 – A Companhia só registrará a transferência de ações se forem observadas as disposições pertinentes do Acordo de Acionistas, desde que esteja arquivado em sua sede. **Capítulo – III. Da Administração.** Artigo 10 – A companhia será administrada por uma Diretoria, composta por 2 Diretores, sendo um Diretor – Presidente e um Diretor sem designação específica, residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, observado o disposto neste Estatuto. §1 - O mandato da Diretoria será de 02 anos, permitida a reeleição, sendo o mandato prorrogado, automaticamente, até a eleição e posse dos respectivos substitutos. §2 - A investidura dos Diretores far-se-á mediante termo lavrado no livro de "Atas das Reuniões da Diretoria". Os Diretores reeleitos serão investidos nos seus cargos pela própria Assembleia Geral, dispensadas quaisquer outras formalidades. §3 - Em caso de vaga, será convocada a Assembleia Geral para eleição do respectivo substituto, que completará o mandato do Diretor substituído, com observância dos direitos de eleição em separado previstos no §2 do Artigo 5 deste Estatuto. §4 - Em suas ausências ou impedimentos eventuais, os Diretores serão substituídos por quem vierem a indicar. §5 - Compete a Diretoria conceder licença aos Diretores, sendo que esta não poderá exceder a 30 dias, quando remunerada. §6 - A remuneração dos Diretores será fixada pela Assembleia Geral, em montante global ou individual, ficando os Diretores dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão. Artigo 11 - A Diretoria terá plenos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, para a prática de todos os atos e realização de todas as operações que se relacionarem com o objeto social, observado o disposto neste Estatuto. §1 - Além das demais matérias submetidas a sua apreciação por este Estatuto, compete à Diretoria, reunida em colegiado: a) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; b) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinarem, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos; c) Manifestar-se previamente sobre os relatórios, contas e orçamentos e propostas elaboradas pelos Diretores para apresentação à Assembleia Geral; e d) Distribuir entre os membros da Diretoria, a verba global dos Diretores, fixarem em Assembleia Geral, se for o caso. §2 - A Diretoria reunir-se-á preferencialmente na Sede Social, sempre que convier aos interesses sociais, por convocação escrita, com indicação circunstanciada da ordem do dia, subscrita pelo Diretor-Presidente, com antecedência mínima de 3 dias, exceto se a convocação e/ou o prazo forem renunciados, por escrito, por todos os Diretores. §3 - A Diretoria somente se reunirá com a presença de, no mínimo, 2 Diretores, considerando-se presente o Diretor que enviar voto escrito sobre as matérias objeto da ordem do dia. §4 - As decisões da Diretoria serão tomadas pelo voto favorável da maioria de seus membros presentes à reunião. §5 - As reuniões da Diretoria serão objeto de atas circunstanciadas, lavradas em livro próprio. Artigo 12 - Os Diretores terão a representação ativa e passiva da Companhia, incumbindo-lhes executar e fazer executar, dentro das respectivas atribuições, as deliberações tomadas pela Diretoria e pela Assembleia Geral, nos limites estabelecidos pelo presente Estatuto. Artigo 13 - A Companhia somente poderá assumir obrigações, renunciar a direitos, transigir, dar quitação, alienar ou onerar bens do ativo permanente, bem como emitir, garantir ou endossar cheques ou títulos de crédito, mediante instrumento assinado pelo Diretor-Presidente, isoladamente, por 2 Diretores, em conjunto, por 1 Diretor e 1 mandatário ou, ainda, por 2 mandatários, constituídos especialmente para tal, observados quanto à nomeação de mandatários o disposto no parágrafo 1 deste Artigo. **§**1 - Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia serão sempre assinados pelo Diretor-Presidente, isoladamente, ou por 2 Diretores, devendo especificar os poderes concedidos e terão prazo certo de duração, limitado há um ano, exceto no caso de mandato judicial, que poderá ser por prazo indeterminado. §2 - Excepcionalmente, a Companhia poderá ser representada nos atos a que se refere o *Caput* deste Artigo mediante a assinatura isolada de um Diretor ou de um mandatário, desde que haja, em cada caso específico, autorização expressa da Diretoria. **Capítulo – IV. Assembleia Geral.** Artigo 14 **-** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 meses subseqüentes ao término do exercício social para fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem. §1 - A Assembleia Geral poderá ser convocada, na forma da lei, por quaisquer 2 Diretores e será presidida pelo Diretor Presidente, que designará um ou mais secretários. §2 - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, e neste estatuto, serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco. §3 - Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por mandatários nomeados na forma do §1 do Artigo 126 da Lei 6.404/76, devendo os respectivos instrumentos de mandato ser depositados, na sede social, com 03 dias de antecedência da data marcada para realização da Assembleia Geral. **Capítulo – V. Conselho Fiscal.** Artigo 15 - O Conselho Fiscal da Companhia, que não terá caráter permanente, somente será instalado quando por solicitação dos acionistas na forma da Lei, e será composto por 3 membros efetivos e 3 membros suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia geral em que for requerido o seu funcionamento. §1o.– Os membros do Conselho Fiscal, quando em exercício, terão direito a remuneração a ser fixada pela Assembleia Geral que os eleger. §2 – As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lançadas no livro próprio. **Capítulo – VI. Exercicio social e lucros.** Artigo 16 - O exercício social terminará no dia 02 de março de cada ano. Ao fim de cada exercício a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil, as demonstrações financeiras previstas em Lei, observadas as normas então vigentes, as quais compreenderão a proposta de destinação do lucro do exercício. Artigo 17 - Do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, 5% serão aplicados na constituição da reserva legal, a qual não excederá o importe de 20% do capital social. Do saldo, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei no 6.404/76, se existente, 25% serão atribuídos ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório. §1 - Atribuir-se-á Reserva para Investimentos, que não excederá a 80% do Capital Social subscrito, importância não inferior a 5% e não superior a 75% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Artigo 202 da lei n.o 6.404/76, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital, ou a criação de novos empreendimentos. §2 - O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral. Artigo 18 - Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral, e, se não reclamados dentro de 3 (três) anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia. Artigo 19 - A Companhia poderá levantar balanços semestrais, ou em períodos menores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta de lucros apurado nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei. §1 - Ainda por deliberação da Assembleia Geral, poderão ser declarados dividendos intermediários, à sua conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço levantado, inclusive à conta da reserva para Investimentos a que a que se refere o §1 do Artigo 16. §2 - Também, mediante decisão da Assembleia Geral, os dividendos ou dividendos intermediários poderão ser pagos a título de juros sobre o capital social. §3 - Dividendos intermediários deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório. **Capítulo - VII. Liquidação.** Artigo 20 – A Companhia somente será dissolvida e entrará em liquidação por deliberação da Assembleia Geral ou nos demais casos previstos em lei. §1 – À Assembleia Geral que deliberar sobre a liquidação caberá nomear o respectivo liquidante e fixar-lhe a remuneração. §2 – A Assembleia Geral, se assim solicitarem acionistas que representem o número fixado em lei, elegerá o Conselho Fiscal, para o período da liquidação. Acionistas: Gabriela Albuquerque Pace e Edson Vicente da Silva Filho. Certifico que a presente Ata é cópia fiel da via lavrada em livro próprio. São Paulo, 11/04/2024. **Edson Vicente da Silva Filho,** Presidente; **Gabriela Albuquerque Pace**, Secretaria. Visto do Advogado: Vera Lucia Lopes Freitas, OAB/SP 113.498.

DM Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 91.669.747/0001-92 – NIRE 43.300.002.756 – Sociedade de Capital Aberto

Assembleia Geral Extraordinária Edital de Convocação

Pelo presente são convidados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a ser realizada no dia 20/06/2024, às 15h00min, de modo **exclusivamente digital** por meio da plataforma de videoconferência Microsoft Teams, podendo os acionistas participarem e votarem pela referida plataforma, sem prejuízo do uso do boletim de voto a distância como meio para exercício do direito de voto, para deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia: i.** Aprovação da outorga de garantia, pela DM Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento ("DM CFI" ou "Companhia"), de aplicação financeira da Companhia, no valor de até R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), pelo prazo máximo de 150 (cento e cinquenta) dias, na operação da DM Instituição de Pagamento S.A. ("DM IP"), que consistirá na emissão de Cédula de Crédito Bancário, entre DM IP, em caráter de creditada e fiduciante, e Banco Industrial do Brasil ("BIB"), em caráter de credor, com a remuneração prevista de CDI + 0,52% a/m e prazo de até 120 (cento e vinte) dias, a contar da sua efetiva emissão; **ii.** Inclusão do CNAE secundário 74.90-1-04 no CNPJ da Companhia, referente às atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários. **iii.** Alteração do Art. 3º do Estatuto Social; **iv.** Consolidação do Estatuto Social e, **v.** Autorização para a administração da Companhia praticar todos os atos necessários à alteração do Objeto Social da Companhia. **Informações Gerais:** (i) Os documentos relativos às matérias a serem discutidas na AGE, poderão ser solicitados à Companhia, através do e-mail controladoria@vocedm.com.br; (ii) A AGE será instalada, nesta 1ª convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto; e (iii) Os acionistas poderão participar da AGE, em primeira convocação, de forma exclusivamente digital, nos termos descritos abaixo. **Manual de Participação:** Os acionistas poderão participar da AGE: (i) pessoalmente; ou (ii) por meio de procurador devidamente constituído. Aos acionistas que decidirem participar e votar na AGE através da plataforma Microsoft Teams, solicita-se o envio de solicitação à Companhia, juntamente com a documentação de comprovação de sua qualidade como acionista, através do e-mail dmfinanceira@vocedm.com.br, aos cuidados da Diretoria de RI. A comprovação da condição de acionista deverá ocorrer, mediante a apresentação de: (i) documento de identidade com foto; (ii) instrumento de mandato para representação do acionista por procurador; e (iii) quando necessário, comprovante da instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou da instituição custodiante, emitido, pelo menos, 5 dias úteis antes da AGE e depositado na sede da Companhia e/ou enviado digitalizado, no máximo, 2 dias úteis antes da AGE. A Companhia esclarece que os acionistas deverão depositar os respectivos documentos mencionados na sede da Companhia, em até 2 dias úteis antes da data de realização da AGE. Caso o acionista não tenha depositado o instrumento de mandato e os documentos de representação no prazo estabelecido, seus representantes ou procuradores poderão participar da AGE, desde que apresentem, até a data de sua realização, os originais dos documentos comprobatórios de seus poderes. Após o recebimento da solicitação acompanhada dos documentos necessários para participação na AGE, a Companhia enviará, ao endereço de e-mail indicado pelo acionista, o link e as instruções de acesso à plataforma aos acionistas ou, se for o caso, seus representantes legais ou procuradores. Referidas informações serão pessoais e intransferíveis, e não poderão ser compartilhadas sob pena de responsabilização. São José dos Campos, 29.05.2024. **Carlos Antonio Tamaki** – Presidente do Conselho de Administração da Companhia; **Tharik Camocardi de Moura** – Diretor de Relações com Investidores. (29/05, 12 e 13/06/2024)

PT-MCP Administração de Bem Próprio S.A.

CNPJ/MF nº 14.221.379/0001-74 - NIRE 35300412176

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

A **PT-MCP Administração de Bem Próprio S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Tocantins, nº 350, 7º Andar, Sala 703-F, Alphaville, CEP 06455-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.221.379/0001-74, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE nº 35300412176 (a "Companhia"), neste ato representada por seu Diretor Presidente, Sr. **Marcus Vinicius da Mata**, vem convocar seus Acionistas para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a realizar-se no próximo dia **25/11/2024 às 08:00 horas**, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Tocantins, 350, 7º andar, sala 703-F, Alphaville, CEP 06455-020, para tratar da seguinte **ordem do dia: (a)** exame, discussão e deliberação sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31/12/2023; **(b)** deliberação sobre a autorização para que a Prime Aviation Taxi Aéreo e Serviços Ltda. seja operadora da aeronave de propriedade da Companhia; **(c)** deliberação sobre a autorização para cessão parcial de uso da aeronave de propriedade da Companhia à Prime Aviation Taxi Aéreo e Serviços Ltda., para sua operação nas modalidades de Transporte Aéreo Privado (TPP) e Transporte Não-Regular – Taxi Aéreo (TPX); **(d)** deliberação sobre a autorização para que a Prime Aviation Taxi Aéreo e Serviços Ltda realize a administração e gestão da aeronave de propriedade da Companhia, bem como a administração do "Programa de Compartilhamento e Intercâmbio de Bens" desenvolvido pela Prime Aviation Participações e Serviços S.A., do qual a Companhia é signatária; **(e)** deliberação sobre a autorização para que a Prime Aviation Participações e Serviços S.A. realize a gestão empresarial da Companhia; **(f)** ratificação sobre a autorização para disponibilizar a Aeronave aos cotistas aderentes ao "Programa de Compartilhamento e Intercâmbio de Bens" desenvolvido pela Prime Aviation Participações e Serviços S.A., viabilizando a troca de uso de aeronaves de propriedade das sociedades signatárias deste programa, nos termos da Subparte K do Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 91; **(g)** deliberação sobre a realização de melhorias na aeronave de prefixo PT-MCP, de propriedade da companhia, sendo tais melhorias a realização de pintura externa e reforma interna da aeronave, cuja escolha do prestador de serviços que executará as melhorias caberá exclusivamente aos diretores da companhia, pelo valor total de até R$ 250.000,00, sendo certo que cada um dos acionistas deverá aportar recursos no valor de R$ 50.000,00 à Companhia em 10 parcelas mensais, fixas e consecutivas, no valor de R$ 5.000,00 cada uma, em todos os dias 05 dos 10 meses subsequentes a realização da assembleia, para viabilizar a realização das melhorias, que deverão ser concluídas no prazo de até 01 ano contado da data de realização da assembleia. (08, 11 e 12/06/2024)

Aguas de Itu Gestão Empresarial S.A.

Em Recuperação Judicial

CNPJ nº 08.455.185/0001-30 - NIRE 35300353161

Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária

Fernando Antonio Bertin, na qualidade de Diretor da Companhia, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 10, parágrafo segundo, do Estatuto Social, c/c. o artigo 123, da Lei nº 6.404/76, convoca os acionistas para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da **Águas de Itu Gestão Empresarial S.A. – Em Recuperação Judicial**, a ser realizada nesta Capital do Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 2.012, 8º andar, **e simultaneamente via videoconferência, tal como autorizado pelo art. 121 parágrafo único, da Lei 6.404 de 1976,** por meio do *link*: https://us02web.zoom.us/j/87539019046?pwd=ACqhXPs1hhGWF1pApqTDdHYmGPHU0F.1, no dia 26/06/2024, às 09:30 horas em primeira convocação, se presentes acionistas representativos de 3/4 (três quartos) do capital social, e às 09:45 horas em segunda convocação, com qualquer número de presentes, a fim de deliberar especificamente acerca da seguinte **Ordem do Dia. a)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativamente ao exercício encerrado em 31/12/2023; **b)** deliberar sobre a destinação do resultado do exercício e sobre a eventual distribuição de dividendos; **c)** consolidar a alteração do Art. 16 do Estatuto Social da Companhia, registrada perante a JUCESP em 10/09/2019, sob o n° 482.982/19-6. **Informações Gerais:** Os acionistas que assim quiserem poderão ser representados por procuração específica, outorgada de acordo com os requisitos previstos no Estatuto Social da Companhia. A documentação referente às deliberações foi publicada dentro do prazo legal. São Paulo, 06/06/2024. **Fernando Antonio Bertin,** *Diretor*. (11, 12 e 13/06/2024)

Heber Participações S.A.

Em Recuperação Judicial

CNPJ nº 01.523.814/0001-73 - NIRE 35300346882

Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária

Silmar Roberto Bertin, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração da Companhia, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 22, parágrafo único, do Estatuto Social, c.c. o artigo 123, da Lei nº 6.404/76, convoca os acionistas para a Assembleia Geral Ordinária da **Heber Participações S.A. – Em Recuperação Judicial**, a ser realizada nesta Capital do Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 2.012, 8º andar, **e simultaneamente via videoconferência, tal como autorizado pelo art. 121, parágrafo único, da Lei 6.404/76,** por meio do *link*: https://us02web.zoom.us/j/81430192212?pwd=1dVSKDHdKuFzAVKPs9l2RdZ7aVWjgd.1, no dia 26/06/2024, às 10:30 horas em primeira convocação, se presentes acionistas representativos de 3/4 do capital social, e às 10:45 horas em segunda convocação, com qualquer número de presentes, a fim de deliberar especificamente acerca da seguinte **Ordem do Dia: a)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativamente ao exercício encerrado em 31/12/2023; **b)** deliberar sobre a destinação do resultado do exercício e sobre a eventual distribuição de dividendos; **c)** alteração do endereço da sede da Companhia; **d)** consolidação do Estatuto Social da Companhia, para refletir as alterações que não foram consolidadas anteriormente. **Informações Gerais:** Os acionistas que assim quiserem poderão ser representados por procuração específica, outorgada de acordo com os requisitos previstos no Estatuto Social da Companhia. A documentação referente às deliberações foi publicada dentro do prazo legal. São Paulo, 06/06/2024. **Silmar Roberto Bertin,** *Presidente do Conselho de Administração.* (11, 12 e 13/06/2024)

Cars Duo 001 Administração de Bens Próprios S.A.

CNPJ/MF nº 21.602.764/0001-27- NIRE 35.300.474.180

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

A **Cars Duo 001 Administração de Bens Próprios S.A**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, Alameda Tocantins, 350, 7º Andar, Sala 703-H, Alphaville, CEP 06455-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.602.764/0001-27, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE nº 35300474180 (a "Companhia"), neste ato representada por seu Diretor Presidente, Sr. **Marcus Vinicius da Mata**, vem convocar seus Acionistas para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a realizar-se no próximo dia **21 de junho de 2024 às 08:00 horas**, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Tocantins, 350, 7º andar, sala 703-H, Alphaville, CEP 06455-020, para tratar da seguinte **ordem do dia: (a)** exame, discussão e deliberação sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; **(b)** deliberar a ratificação da extensão da utilização dos automóveis da Companhia pelo período de outubro de 2023 a outubro de 2025, bem como a ratificação da obrigação dos acionistas em aportar à Companhia, cada um o valor de R$ 67. 517,50 (sessenta e sete mil, quinhentos e dezessete reais e cinquenta centavos) podendo ser pago parceladamente, para que a Companhia arque com os custos de despesas com manutenção da Companhia e de seus automóveis em referido período. (12, 13 e 14/06/2024)

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC - R$ 5,3519 / R$ 5,3524 **
Câmbio livre mercado - R$ 5,3585 / R$ 5,3605 *
Turismo - R$ 5,3881 / m, xmjR$ 5,5681
(*) cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central
Variação do câmbio livre mercado
no dia: +0,08%

BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: 0,72%
Pontos: 121.635
Volume financeiro: R$ 18,136 bilhões
Maiores altas: Magazine Luiza ON (7,99%), Minerva ON (5,21%), PetroRio ON (4,29%)
Maiores baixas: Suzano S.A ON (-1,55%), Localiza ON (-0,74%), Embraer ON (-0,56%)
S&P 500 (Nova York): 0,27%
Dow Jones (Nova York): -0,31%
Nasdaq (Nova York): 0,88%
CAC 40 (Paris): -1,33%
Dax 30 (Frankfurt): -0,68%
Financial 100 (Londres): -0,98%
Nikkei 225 (Tóquio): 0,25%
Hang Seng (Hong Kong): -1,04%
Shanghai Composite (Xangai): -0,76%
CSI 300 (Xangai e Shenzhen): -0,87%
Merval (Buenos Aires): -2,01%
IPC (México): 0,02%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO
IPCA/IBGE
Abril 2023: 0,61%
Maio 2023: 0,23%
Junho 2023: -0,08%
Julho 2023: 0,12%
Agosto 2023: 0,23%
Setembro 2023: 0,26%
Outubro 2023: 0,24%
Novembro 2023: 0,28%
Dezembro 2023: 0,56%
Janeiro 2024: 0,42%
Fevereiro 2024: 0,83%
Março 2024: 0,16%
Abril 2024: 0,38%

Publicidade Legal

Mecano Pack Embalagens S.A.

CNPJ nº 53.400.248/0001-06

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

ATIVO	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	3.946	3.699	4.194	3.892
Contas a receber	17.628	13.177	18.141	13.778
Estoques	11.284	8.050	11.531	8.457
Tributos a recuperar	1.578	636	1.645	665
Outros ativos	1.878	448	2.192	560
Total do ativo circulante	36.314	26.010	37.703	27.352
Ativo não circulante				
IRPJ e CSLL diferidos	833	1.362	904	1.409
Depósitos judiciais	806	632	817	642
Partes relacionadas	1.842	3.143	1.914	2.893
Tributos a recuperar	181	181	181	181
Investimentos	1.521	1.120	-	-
Imobilizado	13.544	8.608	13.757	8.840
Intangível	655	346	676	365
Total do ativo não circulante	19.382	15.392	18.249	14.330
Total do ativo	55.696	41.402	55.952	41.682

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Passivo circulante				
Fornecedores	8.855	5.685	8.774	5.886
Empréstimos e financiamentos	3.611	4.959	3.611	4.959
Salários e encargos sociais	1.888	1.240	2.147	1.340
Tributos a recolher	6.854	3.305	7.041	3.466
Partes relacionadas	249	249	-	-
Arrendamentos	2.609	330	2.609	330
Adiantamentos de clientes	197	933	260	953
Outros passivos	964	334	964	334
Total do passivo circulante	25.227	17.035	25.406	17.268
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos	4.921	6.886	4.921	6.886
Tributos a recolher	3.308	2.497	3.385	2.544
Adiantamentos de clientes	-	626	-	626
Arrendamentos	452	-	452	-
Provisão para contingências	1.979	1.994	1.979	1.994
Total do passivo não circulante	10.660	12.003	10.737	12.050
Patrimônio líquido				
Capital social	7.290	7.290	7.290	7.290
Reserva de capital	286	286	286	286
Reserva legal	1.372	972	1.372	972
Reserva de lucros (prejuízos acumulados)	10.861	3.816	10.861	3.816
Total do patrimônio líquido	19.809	12.364	19.809	12.364
Total do passivo e patrimônio líquido	55.696	41.402	55.952	41.682

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita operacional líquida	99.222	86.019	104.376	90.960
Custo das vendas e dos serviços prestados	(62.208)	(54.485)	(64.783)	(57.451)
Lucro bruto	37.014	31.534	39.593	33.509
Receitas (despesas) operacionais				
Com vendas	(5.421)	(5.545)	(5.666)	(5.712)
Gerais e administrativas	(18.051)	(17.769)	(19.475)	(19.058)
Outras despesas operacionais	(989)	(195)	(1.140)	(679)
Resultado de equivalência patrimonial	401	(21)	-	-
	(24.060)	(23.530)	(26.281)	(25.449)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	12.954	8.004	13.312	8.060
Receitas financeiras	761	696	541	703
Despesas financeiras	(2.636)	(3.671)	(2.663)	(3.690)
Resultado financeiro liquido	(1.875)	(2.975)	(2.122)	(2.987)
Lucro antes dos IRPJ e CSLL	11.079	5.029	11.190	5.073
IRPJ e CSLL correntes	(2.557)	(1.136)	(2.692)	(1.228)
IRPJ e CSLL diferidos	(534)	(37)	(510)	11
Lucro líquido do exercício	7.988	3.856	7.988	3.856
Lucro líquido do exercício por ação do capital social	4,450	2,148	4,450	2,148

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício	7.988	3.856	7.988	3.856
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	7.988	3.856	7.988	3.856

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Atribuído aos sócios controladores		Reservas de Lucros				
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos acumulados)	Total	Patrimônio líquido consolidado
Saldos em 31/12/2021	7.290	286	803	624	-	9.003	9.003
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	3.856	3.856	3.856
Outros ajustes					(461)	(461)	(461)
Constituição de reservas	-	-	169	3.192	(3.361)	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(34)	(34)	(34)
Saldos em 31/12/2022	7.290	286	972	3.816	-	12.364	12.364
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	7.988	7.988	7.988
Outros ajustes	-	-	-	-	979	979	979
Constituição de reservas	-	-	400	8.567	(8.967)	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(1.522)	-	(1.522)	(1.522)
Saldos em 31/12/2023	7.290	286	1.372	10.861	-	19.809	19.809

As demonstrações com suas respectivas notas explicativas, estão à disposição na sede da Companhia.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro antes dos IRPJ e CSLL	11.079	4.568	11.190	5.073
Ajustes por:				
Depreciação e amortização	4.658	3.997	4.684	4.015
Resultado de participação em controladas por equivalência patrimonial	(401)	21	-	-
Complemento de provisão para créditos de liquidação duvidosa	94	(100)	187	(104)
Provisão (reversão) para riscos	(15)	476	(15)	476
Tributos parcelados	3.655	224	3.753	157
Juros sobre tributos parcelados	-	-	-	10
Juros sobre empréstimos	1.617	1.537	1.617	1.537
Juros sobre arrendamentos	393	174	393	174
IRPJ e CSLL diferidos	529	11	505	(36)
Outros ajustes	979	-	979	(461)
Variação dos ativos e passivos operacionais				
Contas a receber	(4.545)	(1.703)	(4.550)	(1.976)
Estoques	(3.234)	(795)	(3.074)	(839)
Tributos a recuperar	(942)	603	(980)	988
Outros ativos	(1.430)	57	(1.632)	(19)
Depósitos judiciais	(174)	(296)	(175)	(295)
Fornecedores	3.170	(3.054)	2.888	(3.217)
Salários e encargos	648	176	807	191
Tributos a recolher	3.058	1.502	3.059	1.579
Adiantamentos de clientes	(1.362)	427	(1.319)	447
Outros passivos	630	(3)	630	(3)
IRPJ e CSLL pagos	(3.091)	(1.173)	(3.202)	(1.217)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	15.316	6.772	15.745	6.603
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Mútuo com partes relacionadas	1.301	(92)	979	248
Remensuração dos ativos direito de uso	(5.028)	123	(5.028)	123
Aquisição do ativo imobilizado e intangível	(4.875)	(114)	(4.884)	(117)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(8.602)	(206)	(8.933)	131
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Juros pagos sobre parcelamentos	-	(22)	(40)	(20)
Pagamento de tributos parcelados	(2.353)	(690)	(2.356)	(724)
Pagamento de arrendamentos	(2.297)	(1.805)	(2.297)	(1.805)
Juros pagos sobre arrendamentos	(393)	(174)	(393)	(174)
Remensuração dos passivos de arrendamento	5.028	-	5.028	-
Dividendos pagos	(1.522)	(34)	(1.522)	(34)
Juros pagos sobre empréstimos	(1.414)	(2.304)	(1.414)	(2.304)
Captação de financiamentos	1.117	5.253	1.117	5.253
Pagamento de empréstimos	(4.633)	(7.415)	(4.633)	(7.415)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(6.467)	(7.191)	(6.510)	(7.223)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	247	(625)	302	(489)
No início do exercício	3.699	4.324	3.892	4.381
No final do exercício	3.946	3.699	4.194	3.892
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	247	(625)	302	(489)

Contador: Edison Massaki Otake - CRC nº1SP208.237/O-7

Davante Participações Ltda.

CNPJ nº 09.416.469/0001-80 - NIRE 35222021437

Edital de convocação para Reunião de Sócios

Silmar Roberto Bertin e **Fernando Antônio Bertin,** na qualidade de administradores da Davante Participações Ltda., sociedade empresária de responsabilidade limitada, inscrita no CNPJ sob n.º 09.416.469/0001-80, no uso das atribuições que lhes conferem a cláusula 10, do Contrato Social, convocam seus quotistas para a Reunião de Sócios a ser realizada nesta Capital do Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 2.012, 8º andar, **e simultaneamente via videoconferência, tal como autorizado pelo art. 1.080-A, do Código Civil,** por meio do *link*: https://us02web.zoom.us/j/87869151391?pwd=aezA5aXGFfJop6uoR6CEpZAaDa7Env.1, no dia 26/06/2024, às 10:00 horas em primeira convocação, se presentes sócios representativos de 3/4 (três quartos) do capital social, e às 10:15 horas em segunda convocação, com qualquer número de presentes, a fim de deliberar especificamente acerca da seguinte **Ordem do Dia: a)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativamente ao exercício encerrado em 31/12/2023; **b)** deliberar sobre a destinação do resultado do exercício e sobre a eventual distribuição de lucros; **c)** alteração da Cláusula 3ª do Contrato Social da Sociedade, relativa ao endereço da sede da Sociedade; **d)** alteração da Cláusula 10 do Contrato Social da Sociedade, relativa ao modo de convocação das Reuniões de Sócios; **e)** consolidação do Contrato Social da Sociedade. **Informações Gerais:** Os sócios que assim desejarem poderão ser representados por procuração específica, outorgada de acordo com os requisitos do Contrato Social da Sociedade. A documentação referente às deliberações foi publicada dentro do prazo legal. São Paulo, 06/06/2024. **Silmar Roberto Bertin e Fernando Antonio Bertin,** *Administradores.* (11, 12 e 13/06/2024)

Veneza Participações Ltda.

CNPJ nº 09.379.125/0001-49 - NIRE 35.223.311.498

Edital de convocação para Reunião de Sócios

Fernando Antônio Bertin, na qualidade de Diretor Presidente da **Veneza Participações Ltda.**, sociedade empresária de responsabilidade limitada, inscrita no CNPJ sob n.º **09.379.125/0001-49**, no uso das atribuições que lhe confere o Contrato Social, convoca seus quotistas para a Reunião de Sócios a ser realizada nesta Capital do Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 2.012, 8º andar, e simultaneamente via videoconferência, tal como autorizado pelo art. 1.080-A, do Código Civil, por meio do *link*: https://us02web.zoom.us/j/82072505670?pwd=rjHgsZcbYyclQtwExaqAWGKfnRd06P.1, no dia 26/06/2024, às 11:00 horas em primeira convocação, se presentes sócios representativos de 3/4 (três quartos) do capital social, e às 11:15 horas em segunda convocação, com qualquer número de presentes, a fim de deliberar especificamente acerca da seguinte **Ordem do Dia**. **a)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativamente ao exercício encerrado em 31/12/2023; **b)** deliberar sobre a destinação do resultado do exercício e sobre a eventual distribuição de lucros. **Informações Gerais:** Os sócios que assim desejarem poderão ser representados por procuração específica, outorgada de acordo com os requisitos do Contrato Social da Sociedade. A documentação referente às deliberações foi publicada dentro do prazo legal. São Paulo, 06/06/2024. **Fernando Antonio Bertin,** *Diretor Presidente.*

(11, 12 e 13/06/2024)

Adonai Química S/A

CNPJ/MF nº 02.703.755/0001-88 – NIRE 35.300.156.315

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de abril de 2024

Realização e Local: 22/04/2024, às 9h00, na sede social da Companhia, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1306, 8º andar, sala 85, Vila Olímpia, São Paulo-SP. **Convocação e Presenças:** Dispensada a Convocação, em razão da presença de 100% dos acionistas, representando 100% do capital votante e do capital total. **Mesa:** Presidente: Carlos Cesar Floriano e Secretário: Joacks de Paula Lemos. **Ordem do Dia:** Em Assembleia Geral Ordinária: **(a)** exame, discussão e aprovação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2023; **(b)** deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos, se houver; **(c)** determinação da remuneração dos Diretores, se houver. **Deliberações Tomadas por Unanimidade**: **(a)** O Relatório de Administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023; **(b)** Que, do resultado apurado no exercício encerrado em 31/12/2023, no montante de R$ 25.297.182,28, após a constituição da reserva legal de R$ 1.264.859,11 e estatutária no valor de R$ 1.802.424,24, dos dividendos mínimos obrigatórios no valor de R$ 6.008.080,79 e juros sobre capital próprio no valor de R$ 12.971.074,42, restará em 31/12/2023 o montante de R$ 3.250.743,72, que serão mantidos em reserva de lucros retidos para aplicação no plano orçamentário da Companhia e à disposição dos acionistas; **(c)** A remuneração total da Administração paga em 2023, no valor total anual de R$ 752.640,88 e a remuneração para o exercício de 2024, no valor total anual de até R$ 767.883,24. Foi autorizada a publicação desta ata em forma de extrato. **Encerramento:** Esta ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **Acionistas:** Em obediência ao disposto no Estatuto Social consolidado, verifica-se que o quadro atualizado de participação societária no Capital Social da Companhia, é o seguinte: **Carlos César Floriano:** 674.980 Ações ON. **Formitex Empreendimentos e Participações Ltda.:** 280.540 Ações ON. **Kadosh Participações Ltda.:** 213.600 Ações ON. **Alipio José Gusmão dos Santos:** 180.840 Ações ON. **Aba Infra-Estrutura e Logística S/A:** 150.040 Ações ON. **Total: 1.500.000 Ações ON. Joacks de Paula Lemos** – Secretário da Assembleia. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 213.561/24-4 em 28/05/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

GLP X Participações S.A.

CNPJ/MF nº 37.837.627/0001-01 – NIRE 35.300.563.379

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de junho de 2024

Data, Hora e Local. Em 10/06/2024, às 10:00 horas, na sede da "Companhia", na Cidade de São Paulo-SP, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, Edifício Pedro Mariz Birmann 31, Itaim Bibi. **Convocação e Presença**. Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Composição da Mesa**. (i): Presidente: Dani Ajbeszyc; e (ii) Secretário: Danillo de Matos Marcondes. **Deliberações da Ordem do Dia**: Após a discussão das matérias, os acionistas presentes, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições ou ressalvas, deliberaram: **A.** aprovar a realização da Emissão e da Oferta, nos termos a serem pactuados no Termo de Emissão, com as seguintes principais condições: **(i)** Valor Total da Emissão. O valor total da Emissão será de R$ 200.000.000,00, na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Valor Total da Emissão"); **(ii)** Quantidade. Serão emitidas 200.000 Notas Comerciais Escriturais, em série única, sendo o valor total da emissão equivalente a R$ 200.000.000,00 ("Valor Total da Emissão"); **(iii)** Valor Nominal Unitário. O valor nominal unitário das Notas Comerciais Escriturais será de R$1.000,00 na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); **(iv)** Data de Emissão. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Notas Comerciais Escriturais será o dia 18/06/2024, correspondente à primeira data de integralização das Notas Comerciais Escriturais ("Data de Emissão"); **(v)** Data de Vencimento. as Notas Comerciais Escriturais terão prazo de vencimento de 732 dias, contados da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 20/06/2026 ("Data de Vencimento"); **(vi)** Atualização Monetária. O Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, não serão atualizados monetariamente; **(vii)** Remuneração. Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano-base de 252 Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Taxa DI"), acrescida de spread (sobretaxa) de 2,13% ao ano, base de 252 Dias Úteis ("Remuneração"); **(viii)** Pagamento da Remuneração. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais Escriturais, da Amortização Antecipada Facultativa (conforme definido no Termo de Emissão), do Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido no Termo de Emissão) ou da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido no Termo de Emissão) das Notas Comerciais Escriturais, nos termos a serem previstos no Termo de Emissão, a Remuneração será paga mensalmente, sem carência, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 20/07/2024 e o último na Data de Vencimento, conforme cronograma de pagamentos disposto no Anexo I ao Termo de Emissão (cada uma delas, indistintamente, uma "Data de Pagamento da Remuneração"); **(ix)** Amortização do Valor Nominal Unitário. Ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo, Amortização Antecipada Facultativa, Oferta de Resgate Antecipado Facultativo e vencimento antecipado. Nos termos a serem previstos no Termo de Emissão, o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, das Notas Comerciais Escriturais serão pagos em uma única parcela, na Data de Vencimento ("Amortização do Valor Nominal Unitário" e "Data de Pagamento da Amortização", quando em conjunto com a Data de Pagamento da Remuneração, "Data de Pagamento"); **(x)** Encargos Moratórios. Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Titulares de Notas Comerciais por força do Termo de Emissão, os débitos em atraso ficarão, ainda, sujeitos a juros de mora de 1% ao mês, calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e multa moratória não compensatória de 2% sobre o valor devido, além da Remuneração, que continuará a incidir sobre o débito em atraso à taxa prevista no Termo de Emissão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios"); e **(xi)** Local de Pagamento. os pagamentos a que fizerem jus as Notas Comerciais Escriturais serão efetuados pela Companhia no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: **(i)** os procedimentos adotados pela B3 para as Notas Comerciais Escriturais custodiadas eletronicamente nela; e/ou **(ii)** os procedimentos adotados pelo Escriturador, conforme definido no Termo de Emissão, para as Notas Comerciais Escriturais que não estejam custodiadas eletronicamente na B3; **B.** aprovar a autorização à Diretoria da Companhia para, direta ou indiretamente, por meio de procuradores devidamente constituídos **(i)** discutir, negociar e definir os termos e condições da Emissão; **(ii)** praticar todos os atos necessários à realização da Emissão e celebrar todos e quaisquer contratos e/ou documentos e seus eventuais aditamentos, incluindo o Termo de Emissão e o Contrato de Distribuição e seus eventuais aditamentos, bem como os demais contratos e/ou documentos relacionados à Oferta, observados os limites aqui previstos; **(iii)** contratar **(a)** instituições financeiras para intermediar e coordenar a Oferta; e **(b)** os demais prestadores de serviços para a Emissão e a Oferta, incluindo a instituição prestadora de serviços de escrituração das Notas Comerciais Escriturais, a instituição prestadora de serviços de banco liquidante das Notas Comerciais Escriturais, o Agente Fiduciário, o assessor legal, o Banco Depositário, dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos contratos; e **C.** aprovar a ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria, direta ou indiretamente, por meio de procuradores devidamente constituídos, relacionados às deliberações acima. **6. Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo, 10/06/2024. **Mesa:** Dani Ajbeszyc – Presidente; Danillo de Matos Marcondes – Secretário. **Acionista:** GLP Investimentos V Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (p. Dani Ajbeszyc; Rômulo Otoni Andrade).

Cotação das moedas

Coroa (Suécia) - 0,5093
Dólar (EUA) - 5,3524
Franco (Suíça) - 5,957
Iene (Japão) - 0,03402
Libra (Inglaterra) - 6,8104
Peso (Argentina) - 0,005934
Peso (Chile) - 0,005791
Peso (México) - 0,2904
Peso (Uruguai) - 0,1366
Yuan (China) - 0,7378
Rublo (Rússia) - 0,06015
Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,7458

Publicidade Legal

BCLV Comércio de Veículos S.A.

CNPJ/MF nº 04.871.143/0001-20

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	88	13.864	3.312	13.987
Aplicações financeiras	291	4.322	291	4.322
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	21.126	15.336	28.047	16.279
Estoques	91.041	41.880	109.172	52.052
Adiantamentos a fornecedores	1.119	1.514	1.696	4.673
Tributos a recuperar	3.465	1.571	4.050	1.896
Outros ativos	383	1.037	561	1.170
Total do ativo circulante	**117.513**	**79.524**	**147.129**	**94.379**
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Ativos fiscais diferidos	21.481	11.502	21.714	12.561
Depósitos judiciais	572	851	572	892
Outros ativos	109	602	109	602
Tributos a recuperar	1.455	2.315	1.455	2.416
Investimentos	12.603	5.233	-	-
Imobilizado	68.085	45.762	76.611	55.538
Intangível	39.531	39.567	48.728	48.761
Ativos de direito de uso	19.094	17.125	24.258	22.256
Total do ativo não circulante	**162.930**	**122.957**	**173.447**	**143.026**
Total do ativo	**280.443**	**202.481**	**320.576**	**237.405**

	Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante				
Fornecedores e outras obrigações	76.076	50.513	87.688	55.370
Empréstimos e financiamentos	22.540	14.974	28.709	32.021
Passivos de arrendamento	3.589	4.253	6.068	6.525
Adiantamentos de clientes	9.340	6.223	10.186	8.107
Salários e encargos sociais	5.402	4.052	6.514	4.866
Tributos a recolher	1.910	1.709	2.755	2.170
IRPJ e CSLL a recolher	-	154	9	154
Outras contas a pagar	460	-	460	-
Total do passivo circulante	**119.317**	**81.878**	**142.389**	**109.213**
Não circulante				
Fornecedores e outras obrigações	137	-	137	-
Empréstimos e financiamentos	21.577	22.577	28.153	24.077
Passivos de arrendamento	14.027	10.685	16.596	13.605
Provisão para contingências	1.684	1.641	1.684	1.641
Total do passivo não circulante	**37.425**	**34.903**	**46.570**	**39.323**
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)				
Capital social	45.314	38.604	45.314	38.604
Reserva de lucros	31.051	11.859	31.051	11.859
Lucros a deliberar	47.336	35.237	47.336	35.237
Atribuível aos controladores	**123.701**	**85.700**	**123.701**	**85.700**
Participação de não controladores	-	-	7.916	3.169
Total do patrimônio líquido	**123.701**	**85.700**	**131.617**	**88.869**
Total do passivo e patrimônio líquido	**280.443**	**202.481**	**320.576**	**237.405**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Receita operacional líquida	1.218.391	834.023	1.459.218	888.829
Custos das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(1.072.115)	(715.164)	(1.286.001)	(756.649)
Lucro bruto	**146.276**	**118.859**	**173.217**	**132.180**
Despesas comerciais	(42.137)	(32.488)	(49.973)	(36.873)
Despesas gerais e administrativas	(46.976)	(39.064)	(57.408)	(47.922)
Resultado de equivalência patrimonial	7.993	(1.847)	-	-
Outras receitas/(despesas) operacionais líquidas	5.080	3.026	18.099	2.629
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**70.236**	**48.486**	**83.935**	**50.014**
Despesas financeiras	(14.690)	(10.131)	(21.269)	(13.250)
Receitas financeiras	2.044	1.091	3.196	1.230
Resultado financeiro líquido	**(12.646)**	**(9.040)**	**(18.073)**	**(12.020)**
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	**57.590**	**39.446**	**65.862**	**37.994**
IRPJ e CSLL corrente	(8.569)	(9.830)	(11.557)	(9.830)
IRPJ e CSLL diferido	9.980	390	9.153	1.386
Lucro líquido do exercício	**59.001**	**30.006**	**63.458**	**29.550**
Lucro por ação	**0,24**	**0,12**		
Resultado atribuído aos:				
Acionistas controladores	-	-	59.001	30.006
Acionistas não controladores	-	-	4.457	(456)
Lucro líquido do exercício	**-**	**-**	**63.458**	**29.550**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Lucro líquido do exercício	59.001	30.006	63.458	29.550
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	**59.001**	**30.006**	**63.458**	**29.550**
Resultado atribuído aos:				
Acionistas controladores	-	-	59.001	30.006
Acionistas não controladores	-	-	4.457	(456)
Lucro líquido do exercício	**-**	**-**	**63.458**	**29.550**

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Atribuível aos acionistas controladores							
				Reserva de lucros				
	Capital social	**Prejuízos acumulados**	**Lucros a deliberar**	**Reserva legal**	**Reserva de incentivos**	**Total do patrimônio líquido**	**Participação de não controladores**	**Total do patrimônio líquido**
Saldos em 1º/01/2022	**38.604**	**-**	**15.231**	**3.649**	**6.710**	**64.194**	**310**	**64.504**
Aumento de capital social de não controladores	-	-	-	-	-	**-**	3.315	**3.315**
Resultado do período	-	30.006	-	-	-	**30.006**	(456)	**29.550**
Constituição de reserva legal	-	(1.500)	-	1.500	-	**-**	-	**-**
Lucros distribuídos	-	(8.500)	-	-	-	**(8.500)**	-	**(8.500)**
A deliberar em Assembleia Geral	-	(20.006)	20.006	-	-	**-**	-	**-**
Saldos em 31/12/2022	**38.604**	**-**	**35.237**	**5.149**	**6.710**	**85.700**	**3.169**	**88.869**
Aumento de capital social	6.710	-	-	-	(6.710)	**-**	855	**855**
Resultado do período	-	-	59.001	-	-	**59.001**	4.457	**63.458**
Constituição de reserva legal	-	-	(2.950)	2.950	-	**-**	-	**-**
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	(22.952)	-	22.952	**-**	-	**-**
Lucros distribuídos	-	-	(21.000)	-	-	**(21.000)**	(565)	**(21.565)**
Saldos em 31/12/2023	**45.314**	**-**	**47.336**	**8.099**	**22.952**	**123.701**	**7.916**	**131.617**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
Fluxo de caixa de atividades operacionais	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Resultado do exercício	**57.590**	**39.446**	**65.862**	**37.994**
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	14.786	11.896	19.821	16.347
Resultado na venda de ativo imobilizado	(1.133)	166	(15.776)	166
Resultado na baixa do ativo intangível	968	-	968	3
Result. na baixa de contrato de arrendam.	942	-	1.163	-
Resultado na baixa de investimento	-	180	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(7.993)	1.847	-	-
Provisão para contingências	43	45	43	45
Juros provisionados de empréstimos e financiamentos	6.142	5.180	9.431	6.834
Juros provisionados de passivos de arrendam.	1.551	522	2.294	972
Variações no capital circulante				
Aplicações financeiras	4.031	699	4.031	699
Contas a receber e outros recebíveis	(5.790)	(6.026)	(11.768)	(6.021)
Estoques	(49.161)	(6.779)	(57.120)	(14.777)
Adiantamentos a fornecedor	395	(538)	2.977	(3.670)
Tributos a recuperar	1.072	234	996	48
Outros ativos circulantes	654	4.261	609	3.508
Depósitos judiciais e outros ativos não circulantes	772	(331)	813	(331)
Fornecedores	25.381	18.890	32.455	22.843
Adiantamentos de clientes	3.117	(723)	2.079	1.023
Salários, encargos sociais e tributos a recolher	1.397	759	2.088	1.069
Outras contas a pagar	460	(6)	460	(62)
Caixa gerado nas atividades operacionais	**55.224**	**69.722**	**61.426**	**66.690**
Juros pagos de emprést. e financiamentos	(5.256)	(4.366)	(8.615)	(6.105)
Juros pagos de passivos de arrendamento	(1.393)	(446)	(2.082)	(824)
IRPJ e CSLL pagos	(10.675)	(9.676)	(13.746)	(9.702)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**37.900**	**55.234**	**36.983**	**50.059**
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Aquisição de investimento	-	(1.410)	-	-
Aquisição de imobilizado	(34.809)	(13.644)	(39.797)	(20.927)
Aquisição de intangível	(2.220)	(1.424)	(2.546)	(1.427)
Dividendos recebidos	623	-	-	-
Valor recebido pela venda de imobilizado	4.489	6.346	23.411	6.806
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(31.917)**	**(10.132)**	**(18.932)**	**(15.548)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos	27.707	3.535	169.468	28.578
Pgto. de empréstimos e financiamentos	(19.626)	(20.472)	(167.120)	(32.091)
Recebimento emprést. e financiamentos - Partes relacion.	-	-	-	3.600
Pagamento empréstimos e financiamentos - Partes relacionadas	(2.400)	(2.400)	(2.400)	(9.100)
Pagamento de arrendamento mercantil	(4.440)	(4.595)	(7.964)	(7.696)
Aumento de capital social	-	-	855	3.315
Lucros distribuídos	(21.000)	(8.500)	(21.565)	(8.500)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(19.759)**	**(32.432)**	**(28.726)**	**(21.894)**
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	**(13.776)**	**12.670**	**(10.675)**	**12.617**
Caixa e equiv. de caixa em 1° de janeiro	13.864	1.194	13.987	1.370
Caixa e equiv. de caixa em 31 de dezembro	88	13.864	3.312	13.987
Aumento líquido/(diminuição) em caixa e equivalentes de caixa	**(13.776)**	**12.670**	**(10.675)**	**12.617**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS

1. Contexto operacional: A BCLV Comércio de Veículos S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo. A Companhia e suas controladas ("Grupo" ou "Grupo Eurobike") compreendem uma rede de concessionárias especializadas em veículos *premium* com nome fantasia EUROBIKE. As concessionárias estão localizadas nas cidades de Ribeirão Preto (SP), São Paulo (capital), Goiânia (GO) e Brasília (DF). A Companhia tem como objeto social o comércio de veículos automotores e motocicletas (novos/usados); peças e acessórios (nacionais/importados); serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores; intermediação de venda de veículos; consignação de autos e motos; importação de veículos, peças e acessórios; e consultoria em gestão de concessionárias de veículos. Atualmente o Grupo representa 6 marcas: Audi, BYD, BMW, BMW Motorrad, MINI Cooper e Porsche; e em 2023 decidiu investir também no segmento de locação de veículos de marcas premium e lançou seu serviço próprio de carro por assinatura com a criação da BRST Locação Ltda. (Eurobike Fleet Service), coligada indireta da Companhia. **Situação econômica e financeira do Grupo:** O exercício de 2023 para o Grupo foi um avanço quando comparado com o mesmo período de 2022 e a dívida líquida foi significativamente reduzida, garantindo a estabilidade e solidez financeira da Companhia. Os resultados operacional e financeiro demonstram que as decisões estratégicas tomadas pela administração foram acertadas e consistentes. Durante o exercício de 2023, o Grupo apresentou lucro de R$ 63.458 (R$ 29.550 em 31/12/2022) e excesso de passivos circulantes sobre os ativos circulantes no montante de R$ 1.804 na Controladora. Caso a projeção de resultado e fluxo de caixa da administração, por algum motivo não esperado, não se concretize com êxito ao longo do exercício, a administração buscará recursos adicionais com instituições financeiras que já tem relacionamento de longa data, por meio de operações usuais de mercado e linha de crédito pré-aprovada no montante de R$ 8.500. Alternativamente, e se for mais vantajoso, a administração também poderá obter tais recursos com mútuos financeiros tomados junto a membros próximos dos acionistas ou a postergação dos prazos de vencimentos dos mútuos já existentes. Desta forma, a Administração avaliou e concluiu que o Grupo possui condições de cumprir com todas as suas obrigações, de acordo com os vencimentos contratados.

2. Entidades do Grupo Eurobike:

Controlada	**País**	**Controle**	**Participação (%) 2023**	**2022**
BMMOT Comércio de Veículos Ltda. ("BMMOT")	Brasil	Direto	62,28	62,28
BRST Locação Ltda. ("FLEET SERVICE")	Brasil	Indireto	77,88	-

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações contábeis de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **a) BMMOT:** A BMMOT Comércio de Veículos Ltda. ("BMMOT"), com sede localizada na Rua Clodomiro Amazonas, 1000, Vila Nova Conceição, São Paulo, Estado de São Paulo, é uma concessionária de veículos nacionais e importados. A BMMOT tem como objeto social o comércio de veículos/motocicletas (novos e usados) e peças / acessórios; serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores; e intermediação de venda de veículos. A BMMOT representa as marcas Audi e BYD na cidade de São Paulo. Em fevereiro de 2022, a Companhia aumentou em R$ 2.410 seu investimento na BMMOT, sendo parte desse capital integralizado com créditos provenientes de AFAC (Adiantamento para futuro aumento de capital social) realizado em junho de 2021, no montante de R$ 2.000. No mesmo ato, houve o ingresso de novos sócios não controladores, aumentando o capital social em mais R$ 2.635, que diluiu, portanto, a participação da Companhia na controlada. Em agosto de 2022, houve outro aumento de capital social da BMMOT no total de R$ 1.500, sendo parte realizado pela Companhia (R$ 1.000) e o restante por um novo sócio. Nesta data, a Companhia também transferiu, a título gratuito, 180 mil quotas de sua propriedade a outros sócios da BMMOT. **b) BRST:** A BRST Locação Ltda. ("BRST"), com sede na Rua Clodomiro Amazonas, 996, loja 12, Vila Nova Conceição, São Paulo, Estado de São Paulo, foi constituída em 13/06/2023 para a exploração de locação de automóveis (com e sem motorista) e locação de mão de obra temporária. Na busca por atender os desejos e necessidades de seus clientes, oferecendo modelos sob medida para cada perfil, o Grupo decidiu investir em seu próprio serviço de locação de automóveis deste segmento por assinatura. O novo serviço terá em seu portfólio modelos de fabricantes representadas pelo Grupo, como Audi, BMW, BYD, Mini e Porsche, além das marcas da importadora UK Motors, McLaren e Aston Martin. Os serviços de carro por assinatura seguirão o padrão do mercado com planos de 12 a 36 meses, com quilometragem mensal pré-determinada de acordo com as necessidades do cliente. O investimento inicial da BMMOT, sua controladora direta e detentora de 77,88% das cotas, foi de R$ 10 (dez mil reais), além do aporte de R$ 3 milhões em 30/09/2023, passando o capital social da BRST para R$ 3.865, após o ingresso de novos sócios não controladores no montante de R$ 855. **3. Base de consolidação: a. Controladas**: Controladas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, e detém o controle sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá a Companhia o direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos. A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela controladora. Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **b. Participação de acionistas não-controladores:** A Companhia mensura qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. **c. Perda de controle:** Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. **d. Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial:** Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras consolidadas, os investimentos em controladas, contabilizados com o uso desse método, são eliminados. **e. Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **4. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela diretoria na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 07/06/2024. As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na Nota 7. **(a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A DIRETORIA

Henry Visconde – Diretor Presidente

Michelle Ferreira de Menezes – Contadora – CRC 1SP 269.927/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas **BCLV Comércio de Veículos S.A.. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da BCLV Comércio de Veículos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31/12/2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 07/06/2024

pwc

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027654/F-4

Marcos Franco Botelho
Contador
CRC 1SP249995/O-8

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida.

As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia e no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Negócios

Ace volta ao mercado e agora é produzido na mesma fábrica do Urca

Lembrado pelo slogan "Ace todo branco fosse assim", o detergente em pó Ace está voltando às prateleiras dos supermercados, agora pelas mãos da indústria brasileira Gtex, que produz Urca, Baby Soft e UFE.

A marca Ace é da P&G e volta ao mercado brasileiro graças à licença concedida à Globalbev. A Procter & Gamble encerrou a fabricação de produtos em pó no Brasil em 2016, reforçando sua aposta em produtos líquidos (como o Ariel, que compete com o Omo, da Unilever).

Para a Gtex, reviver o Ace é uma estratégia para ampliar participação entre os lava-roupas, segmento em que os produtos em pó respondem por 80% do total. "Como categoria, os lava-roupas representam metade de tudo o que se vende de produto de limpeza no nosso país", diz Talita Santos, CEO da Gtex.

A companhia brasileira fabrica o popular Urca e é referência em sabão de coco, com os rótulos Ufe e Ruth Care. A Gtex tem hoje oito plantas fabris e cinco centros de distribuição, o mais recentes deles inaugurado em 2023 em Guarulhos, na Grande São Paulo.

Segundo Talita Santos, o novo terminal de armazenamento e logística, que custou R$ 60 milhões, é passo preparatório para a expansão dos negócios, incluindo uma nova fábrica até o ano que vem, também em Guarulhos, o que permitirá triplicar a produção de 1,8 milhão para 3,6 milhões de caixas mensais.

O novo Ace será fabricado nas plantas da companhia em Itupeva (SP) e Feira de Santana (BA).

O lava-roupas vendido em embalagens alaranjadas chegou a ter 7% do mercado brasileiro de sabão em pó, segundo sua nova fabricante. Maurício Pasqualetti, diretor da marca Ace na Globalbev, diz que a meta inicial é colocar o sabão em 70 mil pontos de venda em todo o país para chegar a 5% do mercado de produtos para limpeza de roupas.

A Globalbev é uma espécie de casa de marcas. As barras Trio e as frutas em pacotes Pic-me são próprias, e eles importam os produtos de Optimum Nutrition, Kellogg's e Tabasco. Folhapress

Swiss Re Corporate Solutions anuncia Guilherme Perondi Neto como presidente no Brasil

O executivo Guilherme Perondi Neto assumirá a presidência da Swiss Re Corporate Solutions no Brasil em 1º de julho. Ele sucederá a Angelo Colombo, que acumulava as funções de CEO para Brasil e para América Latina desde 2019, e que seguirá no comando da empresa em nível regional.

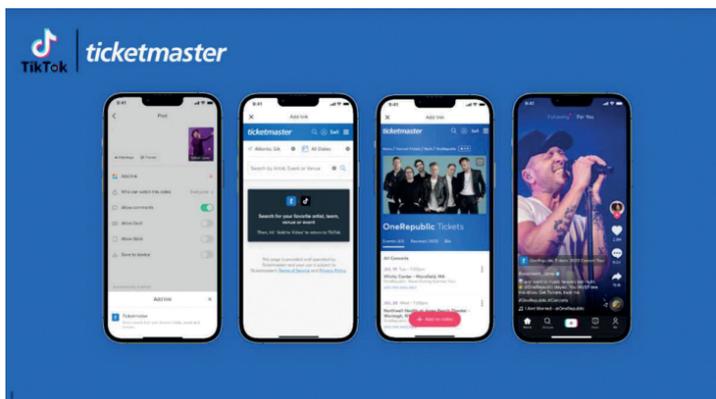
Perondi ocupava a vice-presidência executiva para o Brasil, e está na empresa há sete anos. Ele vai gerenciar a estratégia e o desempenho da companhia, que no Brasil é uma joint venture entre a Swiss Re e o Grupo Bradesco Seguros, como foco em seguros corporativos de grande monta.

O novo presidente foi diretor regional de clientes e distribuição para América Latina, diretor da Bradesco Business Division e diretor comercial, além de gerente de distribuição. Com o reforço, a empresa espera dar maior foco tanto à operação no País quanto à filial regional.

"Guilherme traz uma vasta experiência para o cargo, tem um forte perfil no mercado de seguros local e está extremamente familiarizado com o modelo de negócios da nossa empresa e com nossas equipes. Ele participou da jornada da nossa joint venture desde o início e teve um papel fundamental na construção desse canal", afirma Colombo, em nota.

Entre 2019 e 2023, a Swiss Re Corporate Solutions dobrou de tamanho, chegando a R$ 1,4 bilhão em prêmios emitidos no ano passado.

"Combinar a expertise global da Swiss Re à força da marca Bradesco, com um extenso portfólio e conhecimento local, ajudará a continuar o crescimento sustentável que vimos até agora", diz Ney Dias, diretor presidente da Bradesco Auto/RE. IstoéDinheiro

Ticketmaster falha em comprovar que dados de brasileiros não vazaram, diz Procon-SP

A Ticketmaster falhou em comprovar que dados de brasileiros não foram expostos no vazamento de informações de clientes da empresa reportado no final de maio, afirmou o Procon de São Paulo em nota publicada na terça-feira (11).

A companhia norte-americana, subsidiada da Live Nation Entertainment, foi notificada na semana retrasada para esclarecer detalhes sobre o vazamento de dados que afetou mais de 560 milhões de clientes em todo o mundo.

O órgão de defesa do consumidor, porém, considerou a resposta da companhia "insatisfatória" e encaminhou o caso para uma equipe de fiscalização que irá "adotar as providências pertinentes conforme determinações do Código de Defesa do Consumidor".

O grupo de hackers ShinyHunters, que assumiu a responsabilidade pelo ataque, afirma que as informações roubadas incluem nomes, endereços, números de telefone e detalhes parciais de cartão de crédito de usuários da plataforma de venda de ingressos.

"Além de não apresentar evidências que comprovam como tem certeza de que os dados dos consumidores brasileiros não foram vazados, a Ticketmaster não detalhou sua política de mitigação de danos aos cidadãos após exposição de dados, como: imediata anonimização de dados, exclusão de dados prescindíveis, instauração de processo investigatório interno com ampla divulgação aos lesados, dentre outros", diz o Procon.

A empresa, além disso, "deixou de informar sobre a criação de canal de atendimento específico para os consumidores que tiverem dúvidas ou mesmo evidências de que seus dados foram objeto de vazamento".

A Ticketmaster não confirmou o ataque à imprensa ou a clientes, mas notificou acionistas em documento enviado à Comissão de Valores Imobiliários dos Estados Unidos. Nele, afirmou que estava trabalhando para "mitigar o risco" para clientes e que estava notificando os usuários sobre o acesso não autorizado às suas informações pessoais.

Tamara Nassif/Folhapress